



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



Disputas pelos usos da cidade: o caso dos camelôs de Campinas

Orientador: Prof. Dr. Vicente Eudes

Danilo Rubens Alves

Campinas (SP) Julho 2012

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Eudes

Campinas (SP), Julho de 2012

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, que foram a base da educação que eu recebi com quem eu sempre pude contar e que me apoiaram nos momentos mais difíceis, momentos de escolhas e decisões que vieram a guiar o rumo da minha vida. Agradeço o amor sempre acolhedor do Antonio e da Eledir, pessoas que me ensinaram a respeitar e ter equilíbrio.

Aos meus irmãos Marco, Regiane e Rafaela, pela companhia sempre alegre e descontraída, pela força nos momentos tristes, pelo apoio nos momentos de provas de tantos vestibulares e pela alegria em me ver ingressar para uma universidade pública. Foram tantos momentos que passamos juntos que além de irmãos seremos eternos amigos.

Aos meus tios José e Fátima, pela fé sempre depositada nos meus passos, pelo incentivo em sempre tentar algo novo e desafiador, pelos conselhos sempre atentos e sinceros. Aos meus primos Tiago, Luciana, Elaine, Cintia e Julieta, por fazerem parte da minha infância e apesar da distância e do encontro esporádico, sempre que é possível estarmos juntos é maravilhoso.

Aos meus amigos Gemerson e Wellington, pessoas que tive o privilégio de conhecer e compartilhar minha vida acadêmica. Obrigado pela companhia, pelo apoio, pelo papo sempre bacana, pela alegria e conselhos, e a toda galera do meu curso Geografia 55 noturno, pessoas inesquecíveis, cada um a sua forma.

Aos queridos trabalhadores do IGE em especial, Dona Raimunda, Seu Aníbal e a querida Jô da secretária, sempre atenciosa com os alunos, buscando atendê-los da melhor forma possível, ao seu Aníbal pela atenção, pela conversa nos corredores, pelas brincadeiras para acalmar o nervosismo do final de semestre e a dona Raimunda pela simpatia e atenção com nós alunos.

Agradeço também as pessoas do meu trabalho na Pósitron Rastreadores, em especial para Rodrigo, Marinna e Leandro Roncatto. Obrigado pela companhia, pela carona para academia, pelos dias de folga para que eu pudesse estudar e pela compreensão em aceitar meus defeitos e mancadas.

Não poderia deixar de agradecer ao pessoal do corpo docente do IGE que apesar dos problemas que aparecem no cotidiano dedicam-se ao curso e prima pela qualidade, foram muitas disciplinas inesquecíveis e proveitosas para minha formação acadêmica,

além de todos os profissionais que em seus postos contribuem para que o instituto possa atender aos alunos.

Agradeço por fim ao meu orientador Vicente Eudes, pela atenção em me orientar, paciência para corrigir meus erros e falhas, as dicas sempre lúcidas e sinceras e por ter me recebido para o término da monografia. Agradeço também ao Professor Márcio Cataia, pelas aulas sempre brilhantes, pelo carisma, pelo apoio no início deste projeto e pela atenção.

“O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes *necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes*” Ana Fani A. Carlos.

Resumo

Esta monografia tem como propósito analisar o processo de ocupação do espaço público pelos camelôs, em específico o caso da cidade de Campinas. Será destacado o histórico do processo de urbanização da Região Metropolitana de Campinas, e a importância econômica que esta região representa dentro do Estado de São Paulo. Os movimentos migratórios serão colocados de forma à compreensão dos motivos de atração de populações de outras regiões e como fator primordial para a deficiência de políticas do poder público em acompanhar o crescimento da região que é nucleada por Campinas. O avanço do setor terciário em específico o comércio, é o foco central para o embate entre o Circuito Superior Moderno (Grandes Lojistas e Shoppings Centers) e o Inferior aqui representado pelos Camelôs e Ambulantes. Será destacado o processo de formação dos camelódromos (espaço dos camelôs fixos) e sua atuação na participação do comércio em Campinas, além de sua importância enquanto abrigo dos mais pobres. Por fim será colocado o papel do Estado enquanto aliado do circuito Moderno e as formas que utiliza para coibir o comércio de rua (Camelôs e Ambulantes).

Palavras Chave – Comércio, Camelô, Ambulante, Shopping Center.

Abstract

The purpose of this monograph is to analyze the barkers' public space occupation process, specifically in Campinas. The history of the Campinas Metropolitan Area urbanization process and his economic impact on the Sao Paulo State will be highlighted. The migratory movements will be analyzed in order to understand the reasons for which people from other regions are attracted to come, and will be treated as a prime factor for the deficiencies of the Public Power policies on the region's growth centered in Campinas. The third sector advance, specifically the trade activities, will be the focus to analyze the collision between the Circuito Superior Moderno (big stores, shopping centers) and the Inferior, represented by the barkers and the street vendors. The barker's conformation process, its participation role in Campinas' trade and its role as a shelter for the poorest will be highlighted. Finally, the State's role as a Circuito Moderno's ally, and the ways it employs to repress the street informal trade will be analyzed.

Key Words – Trade, Barker, Street vendor, Shopping Center.

Resumen

Esta monografía tiene como objetivo analizar el proceso de ocupación del espacio público por parte de los puestos de ventas informales, específicamente el caso de la ciudad de Campinas. Será destacado el histórico del proceso de urbanización de la Región Metropolitana de Campinas, y la importancia económica que esta región representa dentro del estado de São Paulo. Los movimientos migratorios serán tratados de modo que se logre la comprensión de los motivos por los cuales poblaciones de otras regiones son atraídas y como factor primordial para la deficiencia de políticas del poder público en acompañar el crecimiento de la región que tiene su núcleo en Campinas. El avance del sector terciario, en especial el comercio, es el foco central para la oposición entre el Circuito Superior Moderno (Grandes tiendas y centros comerciales) y el Inferior, aquí representado por los puestos de ventas informales y vendedores ambulantes. Se destacará el proceso de formación de los “camelódromos” (espacio de los puestos fijos de ventas informales) y su actuación en la participación del comercio en Campinas, además de su importancia como abrigo de los más pobres. Al final, se analizará el papel del Estado como aliado del circuito Moderno y las formas que utiliza para impedir el comercio en las calles (puestos de ventas informales y vendedores ambulantes).

Palabras Clave - Comercio, Puesto de ventas informales, vendedor ambulante, Centro Comercial.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1	11
1.1 O processo de Urbanização de Campinas	14
1.2 Dinâmica migratória e o aumento do desemprego	18
1.3 Cidades nos países subdesenvolvidos: O caso de Campinas	25
Capítulo 2	28
2.1 - A teoria dos dois circuitos da economia urbana: O caso específico dos países subdesenvolvidos.....	35
2.2 - Shopping Centers – Gênese e impactos no espaço e na economia dos países subdesenvolvidos – O caso de Campinas.....	37
2.3 - Comércio de rua em Campinas: O caso da Rua 13 de maio.....	50
2.4 - Embate entre Lojistas e camelôs.....	56
Capítulo 3	58
3.1 A especificidade dos Camelôs e Ambulantes: uma atividade antiga.....	60
3.2 Camelôs o caso de Campinas: Modernização da categoria.....	66
3.3 Camelôs em Campinas: Organização e Permanência no espaço.....	76
Capítulo 4	79
4.1 O Normatização do Estado.....	80
Considerações Finais	84
Bibliografia	86
Anexos	92

Introdução

O comércio é uma atividade que atrai atenção de muitos pesquisadores, por seu caráter multifacetado. Por ser um setor heterogêneo, é necessário muito cuidado ao trabalharmos com variáveis que se alteram no tempo e espaço.

Para tanto consideraremos no presente estudo o comércio feito nas cidades, este que é uma das características principais, das formações citadinas. Segundo SINGER (1998) a cidade não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados.

Esta singularidade do comércio realizado na cidade nos permite entendermos a própria cidade enquanto uma formação sócio-espacial. Já que este é fruto das relações humanas e por este motivo torna-se único, dependendo de sua região geográfica e a cultura em que tal atividade esta inserida.

Para RIBEIRO (2005) a atividade relacional é constitutiva da troca e do intercâmbio, que podem ultrapassar os objetos e a negociação mercantil, incluindo, potencialmente, a subjetividade e a totalidade da cultura. É a possibilidade que transparece na vitalidade dos mercados pré-colombianos retratada pelo próprio colonizador (BENITEZ, 1986) na liberdade vivenciada nas cidades medievais e na inteligência popular que conquista milimetricamente espaços de negociação nas áreas luminosas do Rio de Janeiro. Assim a própria noção hegemônica de mercado pode ser questionada por sua incapacidade de oferecer condições de construção cultural de sociabilidade, na medida em que recusa as carências e as táticas, dos homens lentos e desconhece a autonomia dos lugares.

As cidades passaram por diversas transformações, tanto sócio-culturais, como técnicas. Em específico as cidades do mundo subdesenvolvimento que num espaço muito curto de tempo urbanizaram-se, conhecendo problemas devido a este processo que ocorreu de forma desordenada.

A discrepância que o campo tem em relação à cidade seria a explicação para os enormes contingentes de populações que se transferem para os centros urbanos dos países pobres. SANTOS (1965) afirma que essa população que enche as ruas e superlota “taudis” e “bindonvilles” é, em grande parte atraída pela cidade, melhor seria dizer que expulsa, ou empurrada, por uma zona rural incapaz de sustentá-la.

O presente estudo busca explicar esta complexidade tendo como prioridade a região metropolitana de Campinas (RMC), que concentra estes problemas devido a uma modernização excludente. Por ser um centro de excelência em tecnologia e desenvolvimento industrial, Campinas foi um importante pólo de atração de empresas e populações.

O primeiro capítulo buscou traçar um perfil histórico desta região, e os motivos que a fizeram crescer, enfatizando a concentração de grandes empresas e centros tecnológicos e universitários. O destaque maior para o setor terciário que mostra-se como o mais desenvolvido e rentável da região.

O foco principal se dá no embate dos Circuitos econômicos comerciais da cidade, sistema elaborado por SANTOS (2004) em que destaca a formação de um circuito moderno da economia representado pelas grandes corporações e monopólios, ressaltando o papel dos bancos, e outro circuito denominado inferior caracterizado pelo comércio informal e de baixo capital.

Através da análise do sistema criado pelo referido autor, busca-se explicar a existência de camelôs e ambulantes na cidade de Campinas. Serão colocados os diversos condicionantes que buscam o entendimento do processo de exclusão e empobrecimento da população de Campinas.

Para COUTRIM (2007) à medida que a população empobrece que diminuem os postos de trabalho na indústria e as empresas exigem mão-de-obra cada vez mais qualificada, aumenta o número de pessoas excluídas do mercado formal, que se arriscam a burlar a legislação e a vender seus produtos nas ruas e calçadas, não mais exclusivamente das metrópoles, mas também nas cidades menores, em todas as partes do globo.

Capítulo 1 – Histórico do processo de gênese e desenvolvimento do Município de Campinas

A elevação de Campinas a status de metrópole regional, em parte é explicado pela mesma pertencer ao espaço econômico e social do Estado de São Paulo. Este Estado que possui grande participação na formação do PIB brasileiro, e destaca-se por ser frente avançada do capitalismo nacional.

Segundo FONSECA et al, (2002) Campinas expressa a atual configuração do desenvolvimento urbano que vem se desenhando nas sociedades contemporâneas industrializadas, fruto da forma de se organizar espacialmente o capitalismo contemporâneo.

Os referidos autores afirmam que a ligação natural entre a grande São Paulo e o interior agrícola representado no século XIX pela produção cafeeira, e que propiciou mais tarde na década de 50 o desenvolvimento da industrialização diversificada.

Para FONSECA et. al, (2002) De um lado (a ligação) foi capaz de desenvolver funções de “lugar central” na mais rica região agrícola do interior paulista e de capitalizar para si benefícios e riquezas provenientes do avanço da ocupação econômica no oeste do Estado. Campinas possui um destaque no cenário econômico nacional por concentrar um parque industrial tecnológico bastante significativo e diversificado.

A região metropolitana nucleada por Campinas (RMC) obteve benefícios pelo processo de interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo, após diversas transformações em sua estrutura produtiva, a partir de sua inserção no mercado nacional, no início do século XIX, onde a economia cafeeira era predominante.

Segundo CANO & BRANDÃO (2002) afirma que Campinas e região não foram importantes apenas por suas pujanças agropecuárias, mas também o foram por sua excepcional infraestrutura de transportes e por sua notável rede urbana. A dinâmica cafeeira proporcionou não só a diversificação da agropecuária, mas também estimulou a agroindustrialização.

A partir da década de 1970 a RMC foi à região que mais recebeu investimentos, grande parte deles deslocado para o município sede. Segundo Cano & Brandão (2002) Entre os anos 50 e 70, grandes empresas estrangeiras instalaram-se no município, ao mesmo tempo em que houve a ampliação o número de fornecedores dessas empresas, conformando extensa rede de pequenos e médios estabelecimentos.

Na tabela 1 observa-se no município de Campinas a participação dos diferentes setores econômicos: comércio, indústria e serviços. Para o período de 1980 a 1998, reforçando a condição de lugar concentrador de diversas atividades produtivas.

Tabela 1

**Participação do VAF do município no VAF do estado (%)*

Grupo	Setor	1980	1985	1990	1995	1998	
Total geral	Total geral	2,42	2,5	2,57	3,42	3,15	
Agropecuária	Total	0,51	0,36	0,51	0,36	0,31	
	Contribuintes cadastrados	0,51	0,36	0,52	0,36	0,34	
	Contribuintes não cadastrados	—	—	—	0,02	0,02	
Comércio	Total	2,94	3,62	3,02	5,4	3,36	
	Comércio varejista	3,64	3,81	4,45	5,6	4,53	
	Comércio atacadista	2,35	3,5	2,1	5,2	2,28	
Indústria	Total	2,48	2,59	2,49	3,1	3,26	
	Material de transporte	5,66	7,37	5,59	6,48	5,12	
	Metalúrgica	1	0,95	1,72	2,77	3,08	
	Material elétrico e de comunicações	3,31	3,01	2,42	3,41	7,07	
	Produtos químicos	1,77	1,5	0,82	1,16	1,1	
	Produtos alimentícios	2,66	1,44	2,4	3,23	2,1	
	Produtos têxteis	0,52	0,3	0,4	0,63	0,52	
	Produtos farmacêuticos, médicos e perfumaria	4,61	7,09	6,8	6,11	4,85	
	Produtos minerais não metálicos e cimento	0,8	0,48	0,95	1,13	0,69	
	Papel e papelão	0,28	0,24	0,2	0,36	0,24	
	Produtos mecânicos	1,5	1,58	1,97	2,35	3,59	
	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,88	0,82	0,78	0,67	0,61	
	Material plástico	1,85	1,33	2,95	4,09	1,43	
	Produtos de borracha	9,5	8,84	5,93	5,71	7,38	
	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre	1,28	0,62	0,44	0,18	0,1	
	Mobiliários	2,83	2,35	2	2,28	1	
	Editorial e gráfica	1,07	1,31	0,88	1,74	0,95	
	Diversos (I e III)	0,46	2,42	0,59	0,57	0,45	
	Diversos (II)	8,1	6,95	7,26	12,55	6,54	
	Artigos e artefatos de madeira	0,72	0,36	1,02	0,45	0,51	
	Produtos vegetal <i>in natura</i>	sigilo	sigilo	2	0,11	0,95	
	Produtos frigoríficos	sigilo	sigilo	sigilo	—	sigilo	
	Fumo e produtos derivados	—	—	—	—	—	
	Pedra e outros materiais de construção	1,22	0,55	0,72	0,9	0,85	
	Couros, peles e produtos similares	11,27	9,79	4,96	0,7	0,21	
	Outras indústrias	0,18	0,02	0,03	0,15	0,18	
	Indústria extrativa	0,17	2,35	2,69	1,68	0,7	
	Serviços	Total	—	—	2,33	2,71	3,26
		Serviço de transporte	—	—	2,33	2,35	3,33
		Serviço de comunicação	—	—	sigilo	4,01	sigilo
Geração e distribuição de eletricidade		—	—	sigilo	2,1	sigilo	

Fonte: DIPAM, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Fundação SEADE.

Fonte: Livro verde (2002)
VAF – Valor adicionado fiscal

O VAF Segundo Cano (2002) refere-se à arrecadação do ICMS no Estado de São Paulo, embora não abarquem a totalidade dos setores econômicos e não tenham série temporal mais completa antes de 1990.

1.1 O processo de Urbanização de Campinas

Campinas foi criada em 1774 e possuía uma economia baseada no plantio da cana-de-açúcar. Em registros do ano de 1836 foi constatado o período que marcaria o apogeu desta atividade quando era produzido 160 mil arrobas de açúcar nos 93 engenhos existentes.

Com o declínio da economia baseada na cana-de-açúcar no século XIX, ocorre então à mudança para o cultivo do café, rapidamente a produção assumiu o primeiro lugar no Estado de São Paulo. A economia cafeeira propiciou o surgimento e a integração, pelas ferrovias, da maior parte dos núcleos que dariam origem aos atuais municípios da RMC.

A lei complementar Estadual nº 870, de 19 de Junho de 2000, cria a região metropolitana de Campinas e autoriza o poder executivo a instituir o conselho de desenvolvimento da região metropolitana de Campinas – CONDESC, uma autarquia e o Fundo de Desenvolvimento metropolitano da região metropolitana de Campinas – FUNDEC.

Segundo informações da AGEMCAMP (Agência metropolitana de Campinas), a RMC é formada por 19 municípios, sendo 18 polarizados direta ou indiretamente por Campinas representa 1,47% do território do Estado de São Paulo, tem uma área de 3.673 km², concentrando 6,7% da população estadual. A economia é baseada na indústria de ponta e no tecnopólo de pesquisas em informática e biotecnologia que se beneficiam da presença de centros universitários de excelência.

Os municípios pertencentes à RMC são: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Barbara D' oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. **(FIGURA 1 ANEXO)**

Destes, cinco faziam parte do território de Campinas e se emanciparam somente no século XX: Americana (1924), Cosmópolis (1944), Sumaré (1953), Valinhos (1953) e Paulínia (1964). A crise do café nos anos 1930 e as alterações políticas do Brasil marcaram o início de uma profunda transformação urbana – notadamente industrial – adquire predominância na estrutura produtiva da região.

Além de Campinas, alguns outros municípios da região já se destacavam na produção industrial, a exemplo de Americana e Indaiatuba, importantes centros têxteis. A construção de rodovias viabilizou e serviu de atrativo para que muitas indústrias pudessem se instalar na região. Em 1948 a pavimentação da via Anhanguera trouxe

ainda mais destaque a economia e centralidade de Campinas sobre uma vasta região. CANO (2002)

A década de 1970 registrou a etapa inicial do processo de mudanças na estrutura produtiva. De acordo com FONSECA et al (2002) a desconcentração industrial da Região metropolitana de São Paulo, teve importantes desdobramentos no tecido urbano do interior do Estado e gerou a multiplicação de importantes polos industrializados em algumas áreas.

O crescimento industrial propiciou grande desenvolvimento para região, além de ser um atrativo para futuras migrações populacionais. Existem registros desta época que comprovam tal afirmativa, de um saldo migratório negativo registrado na década de 1960 de quase 450 mil negativo, para um ganho populacional de década de 1990 de mais de 1 milhão de pessoas. BAENINGER (2001).

A atual região metropolitana de Campinas passou de 680 mil habitantes em 1970 para 1,2 milhão habitantes em 1980. Neste período tornou-se o grande polo de atração do fluxo migratório no Estado, sendo que o município de Campinas registrou o maior saldo migratório da década de 1970 (188 mil). CANO (2002)

Este crescimento apontado acima é reflexo dos investimentos registrados na região a partir dos anos 1970. Sobre o referido assunto Rosana Baeninger comenta:

“Havia se identificado no processo de urbanização paulista, na década de 70, importantes polos de atração regional no interior: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, [...], o dinamismo gerado a partir do município pólo dessas regiões, *extravasando os limites administrativos*”. (BAENINGER, 2001, P. 324)

Segundo BAENINGER (2001) A região de Campinas obteve os maiores ganhos de população da metrópole, correspondendo a 85.018 pessoas, seguido de Santos 51.042 pessoas e Sorocaba 41.013 pessoas. Muito desta expansão populacional para o interior é devido segundo a autora à desconcentração industrial ocorrida na década de 70.

Crescimento demográfico em Campinas 1980 - 2010				
	1980	1991	2000	2010
População Rural	72.682	23.313	16.157	18.530
População Urbana	589.310	820.203	952.003	1.061.532
Total	661.992	843.516	968.160	1.080.062

Fonte: Fundação Seade

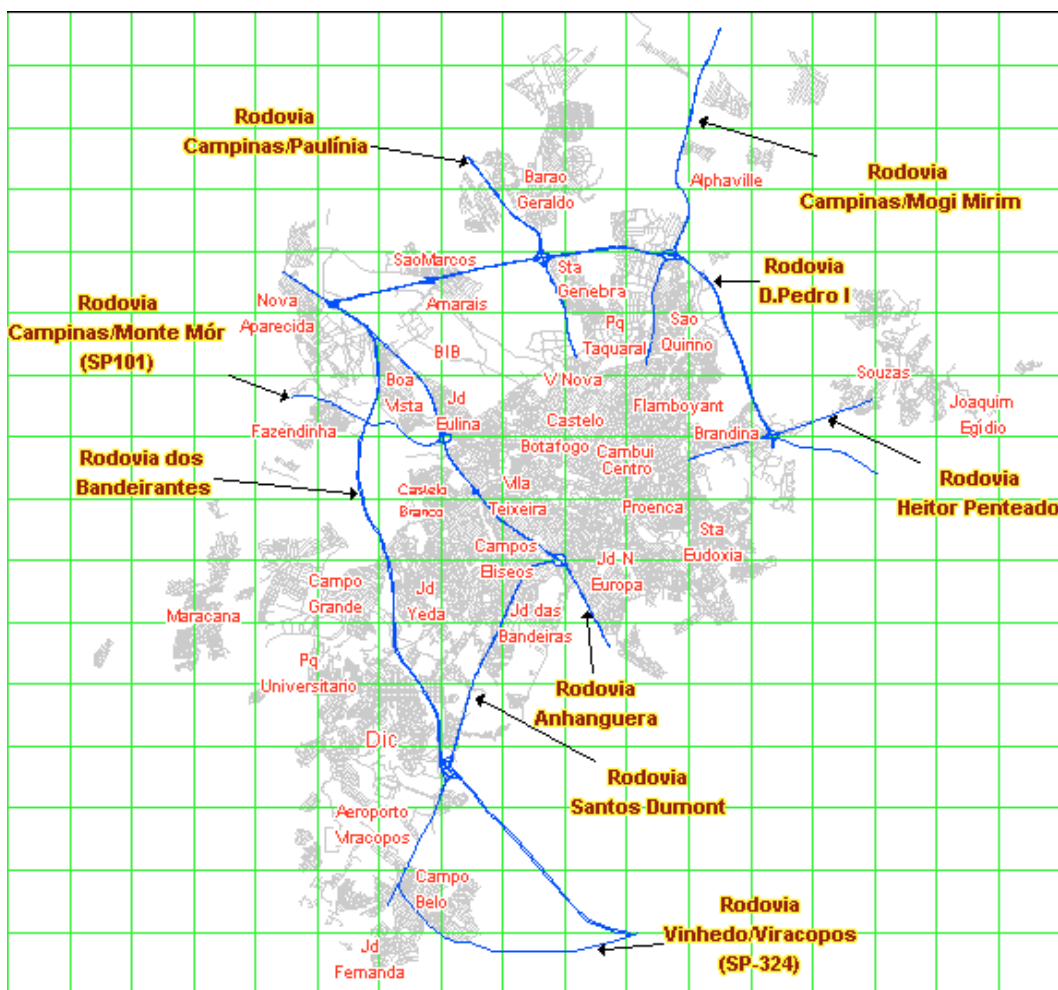
No município de Campinas ocorreu a verticalização no centro da cidade e nos bairros de seu entorno imediato e a crescente incorporação de novos espaços. A chegada de fluxos intensos de migrantes demanda investimentos do Estado, políticas estas que não atendem a população mais pobre e acarretam em problemas conhecidos nas grandes metrópoles dos países pobres, tais como, aumento de submoradias, aumento do desemprego, violência urbana e avanço de moradias nas áreas periféricas.

CANO (2002) afirma que a população favelada tem crescido a taxas anuais [...] entre 1980 e 1991, foi de 5,25% contra 2,24% da população total, entre 1991 e 1996, de 6,78% contra 1,59%, passando de 36.155 pessoas, em 1980, para 67.608 pessoas em 1991. Dados estes que demonstram que a urbanização descontrolada é causadora de um desajuste na oferta de moradia e emprego fato bastante frequente principalmente nos países pobres.

O crescimento desordenado das cidades e a constituição de regiões metropolitanas como ocorreu na região de Campinas, abrigam contradições sociais muito latentes e mostram o caráter desigual de nossa sociedade. De um lado o desenvolvimento tecnológico atrai e diversifica o potencial econômico e de outro causa um desenvolvimento excludente e perverso.

Os bairros mais pobres estão espalhados dentro dos limites de Campinas, entre eles temos na porção norte Jd. São Marcos e Matão, na região leste temos Jd. Carlos Lourenço, Jd. Santa Eudóxia, Jd. São Fernando e Vila Brandina. Na porção Oeste temos uma concentração maior entre eles, Jd. Pacaembu, Vila Teixeira e Cidade Satélite Iris. Na porção Sul Bairros que margeiam a Rodovia Santos Dummont, Dics, Campo Belo, Jd. São Domingos e Jd. Fernanda.

No mapa 1 abaixo temos a disposição de alguns bairros citados:



Extraído da Base Google Imagens

Segundo a pesquisadora Isabella Maria Zanaga, em entrevista ao jornal da Unicamp, afirma que:

“É muito grande o percentual de trabalhadores nas regiões estudadas que oscilam entre o desemprego e o trabalho informal nos serviços básicos – que compreende atividades de baixa qualificação como serventes, ajudante geral e ambulantes, enquanto a média de Campinas nestas categorias fica em torno de 48%, no Parque Oziel, na Cohab Vida nova e na Vila Vitória chega a 70%”. (Jornal da Unicamp, 10/09/2007, P. 8).

Paul Singer (1998) consegue expressar muito bem este caráter do desenvolvimento excludente tão conhecido nos países pobres por sua discrepância acentuada, faz a seguinte consideração:

“A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. – se multiplicam”. (SINGER, 1998, P.63)

1.2 Dinâmica migratória e o aumento do desemprego

A dinâmica migratória para região de Campinas nas últimas três décadas 1980 – 2000 desencadearam uma demanda alta por postos de trabalho. Em especial na década de 1980 que é marcada por uma crise mundial no sistema capitalista, crise esta de ordem financeira que veio a desestabilizar a demanda de empregos em vários países do mundo.

De acordo com a Análise de Alejandro Arandia, pode-se entender que a Região de Campinas insere-se neste contexto de crise global. Tendo-se a noção que esta região responde em menor escala aos estímulos do mercado, seja ele positivo ou negativo.

“A maneira como se constituiu o capitalismo no Brasil – com concentração de renda, desigualdades regionais, preservação do latifúndio e excludência – formou um mercado de trabalho segmentado e heterogêneo tanto no plano nacional quanto no *regional*” (ARANDIA, 1991, P.148).

O grande crescimento demográfico que ocorreu em Campinas na década de 1970 é atribuído ao seu desenvolvimento econômico, como já salientado no tópico anterior, essa migração fez surgir novos loteamentos ao longo da via Anhanguera. Devido à falta de moradias para abrigar todo este contingente de população migrante, temos as submoradias precárias e favelas.

CUNHA & OLIVEIRA (2001) a construção do aeroporto de Viracopos também contribuiu para este crescimento desordenado com a formação de loteamento clandestinos e a instalação de conjuntos populares pela COHAB. Apesar de na década de 1970 a redistribuição da população já delinear o surgimento de cidades com algumas características de dormitórios como Sumaré.

Segundo BAENINGER Apud CUNHA & OLIVEIRA (2001) Nos anos 1980 este processo se consolida com maior volume de migração partido do município – sede de Campinas para os municípios do entorno. A seguir na tabela 2 temos alguns dados que demonstram o crescimento dos bairros periféricos de Campinas.

Tabela 2

Campinas: Densidade Demográfica e Taxas de Crescimento Geométrico Anual da População nos intervalos censitários, segundo suas Áreas de Planejamentos (AP's) 1980/96

AP	MZ	BAIRRO	AREAKM'	DENS80	DENS91	DENS96	C-80-91	C-91-96
1	1	Souzas/Joaquim Egídio	245,10	48,23	59,99	70,6	2,00	3,32
2	2	Vale das Garças	42,30	90,98	69,62	64,9	-2,40	-1,39
3	2	Recanto dos Dourados	26,98	31,59	56,82	92,6	5,48	10,27
4	2	Bosque das Palmeiras	2,75	40,86	225,82	418,9	16,81	13,15
5	3	São Marcos/Amarais	31,74	621,92	668,40	737,7	0,66	1,99
6	3	Barão Geraldo	41,70	441,35	647,03	654,9	3,54	0,24
7	3	Santa Cândida	2,21	92,92	282,81	325,8	10,65	2,87
8	3	Parque Imperador	22,27	105,88	70,72	75,9	-3,60	1,43
9	3	NotreDame/Gramado	9,65	54,26	166,01	528,9	10,70	26,08
10	4	Chapadão/StaElisa	22,96	227,08	130,66	130,6	-4,90	-0,01
11	4	CostaSilva/Primavera	4,90	3729,44	4397,35	4375,7	1,51	-0,10
12	4	Mansões S.Ant/SCândida	4,66	826,41	833,05	911,6	0,07	1,82
13	4	São Quirino	3,82	3919,54	5907,59	6295,5	3,80	1,28
14	4	FEAC/Faz S.Quirino	5,03	607,31	913,32	1569,6	3,78	11,44
15	4	Boa Vista/Via Norte	4,27	2769,70	2214,99	2367,2	-2,01	1,34
16	4	J.Eulina/Vila Nova	8,37	5302,52	5162,37	4931,1	-0,24	-0,91
17	4	Taquaral/NSAuxiliadora	8,01	6172,98	6489,89	6192,3	0,46	-0,93
18	4	J.Garcia/Camp.Elíseos	23,23	4575,62	5364,57	5952,0	1,46	2,10
19	4	Jardim Aurélia	3,33	6448,04	7386,49	7436,9	1,24	0,14
20	4	VTeix/Pltália/VIndustr	6,52	6650,49	6056,75	6033,3	-0,85	-0,08
21	4	Centro/Cambuí/Guanabara	6,54	9905,76	10424,77	10291,3	0,47	-0,26
22	4	Nova Campin/PEcológico	9,44	1178,90	1536,76	1575,6	2,44	0,50
23	4	VPompéia/J. do Lago	4,54	4890,41	5081,50	5254,2	0,35	0,67
24	4	Proença/PPret/Swift	17,41	6012,21	6355,14	6238,0	0,51	-0,37
25	4	Esmerald/S.Vicente	4,98	3442,80	4617,27	5751,2	2,70	4,49
26	5	Aparecidinha/SBárbara	11,62	1197,64	2620,74	3003,3	7,38	2,76
27	5	Campo Grande/Florense	62,47	182,93	764,56	1299,8	13,88	11,20
28	5	Ouro Verde/MMarcondes	28,24	685,28	2549,72	3223,5	12,69	4,80
29	5	Distr Industrial 1	7,71	86,04	222,70	2230,0	9,03	58,53
30	6	Jard. das Bandeiras	26,03	471,91	662,16	918,2	3,13	6,76
31	6	Parque Jambeiro	9,33	144,52	182,85	350,7	2,16	13,91
32	6	Rural Saltinho	12,81	61,40	112,02	338,2	5,62	24,73
33	7	Rur.Viracopos/Frib	42,17	36,66	36,68	135,5	0,00	29,86
34	7	Jardim Planalto	1,09	28,73	3066,97	7189,9	52,90	18,58
35	7	Distr Industrial 2	1,54	23,98	1226,62	9533,8	43,00	50,70
36	7	Rural Valinhos	3,12	276,06	147,76	220,2	-5,52	8,31
37	7	Campo Belo/Rural	27,32	86,44	274,30	530,1	11,07	14,08

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Fonte: CUNHA & OLIVEIRA (2001)

Percebe-se pelos dados o intenso processo de periferização, que trouxe para região problemas de ordem ambiental, bem como a degradação dos sítios urbanos, e desajustes das redes de infraestrutura urbana. Assim agravando os problemas de

desajustes das finanças públicas pelos custos crescentes da urbanização, a construção de espaços segregados destinados exclusivamente à população de baixa renda.

Neste contexto de crise conjuntural ocorrido no Brasil no período relatado, a região de Campinas a exemplo de outras cidades do Brasil, sofre os reflexos negativos da estagnação da indústria e o crescimento dos subempregos.

ARANDIA (1991) De fato paralelamente aos fenômenos concretos de oferta e demanda de mão-de-obra, verifica-se a permanência no mercado de trabalho de um contingente significativo de trabalhadores que subutilizam sua força de trabalho, sendo que parte ponderável destes encontram-se ocupados no chamado setor informal da economia.

O aprofundamento da crise de 1980, segundo o referido autor, permitiu que este fenômeno se torna mais perceptível, agravando ainda mais a desigualdade registrada em nosso país e reduzindo drasticamente a oferta de emprego com carteira assinada.

De acordo com SINGER (1998) Estes fluxos (migratórios) nem sempre são absorvidos pelo mercado de trabalho, criando assim uma situação confortável ao sistema que tem a possibilidade de oferecer um valor muito baixo pela mão-de-obra. Assim colaborando para um empobrecimento cada vez mais frequente da população nos países pobres, que registram altos índices de migração interna.

Neste contexto a precarização do trabalho é o reflexo mais significativo para o aumento de pobres e miseráveis que buscam nas cidades uma forma de continuar reproduzindo seu cotidiano. Com grande esforço esta população migrante busca se fixar nos grandes centros urbanos, vendendo sua força de trabalho e recebendo muito pouco por ela.

A urbanização da América Latina foi um tema muito discutido por Paul Singer (1998) em seu trabalho a economia política da urbanização. O autor destaca entre outras coisas que na América Latina tivemos uma marca comum, ou seja, uma mesma fonte de determinação social, articulada antes pelo colonialismo que depois foi sucedido pelo Imperialismo.

O autor desenvolve seu raciocínio fazendo referências a outros autores como Castells e Quijano e aprofunda sua linha de pensamento citando diversos elementos que contribuíram para sua conclusão como o trecho exposto a seguir:

“Poder-se-ia acrescentar que a urbanização, mesmo no período colonial, foi condicionada pela localização e natureza dos recursos naturais, pela topografia das várias regiões que *condicionou também a rede de comunicações.*” SINGER (1998)

Mas ao passar para a dominação capitalista-comercial, segundo o autor torna-se muito mais difícil reduzir a ela os fatores condicionantes da urbanização. Ponderando que após a inserção da América Latina no mercado capitalista mundial, houve uma forte diversificação da dependência com o surgimento de diversas modalidades.

Entre elas estariam à economia de enclave, economia agrícola e de criação para exportação e economia de plantação. Cada modalidade destas dando lugar a uma forma específica de urbanização, que na América espanhola, portuguesa e inglesa tomaram formas de absorção do urbano em tempos e elementos distintos.

Mergulhado neste panorama latino americano, a questão da disponibilidade de emprego entra na pauta dos principais problemas causados pela urbanização nos países subdesenvolvidos. Com o fim da década de 1970 onde vivenciamos o chamado “milagre econômico” e que como propaganda o governo brasileiro vendia a ideia que o “bolo” estava crescendo e seria repartido com a nação.

Na prática o que foi vivido derrubou o discurso, o autor Jorge Mattoso, Professor do instituto de economia da Unicamp, elaborou vários estudos sobre a imensa crise vivida a partir de meados da década de 1980 e toda década de 1990.

Em sua obra “O Brasil Desempregado” destaca a situação calamitosa que os mais pobres viveram com a implantação da política neoliberal. Política está que enfraqueceu o país perante as nações mais ricas e precarizou as relações de trabalho.

“Com a elevação dos juros norte-americanos em 1979 e a posterior retração dos fluxos financeiros internacionais, o Brasil viu-se numa crise que se estendeu pela década de 1980 [...] o resultado foi uma *década de estagnação e elevada inflação*”. MATTOSO (1999)

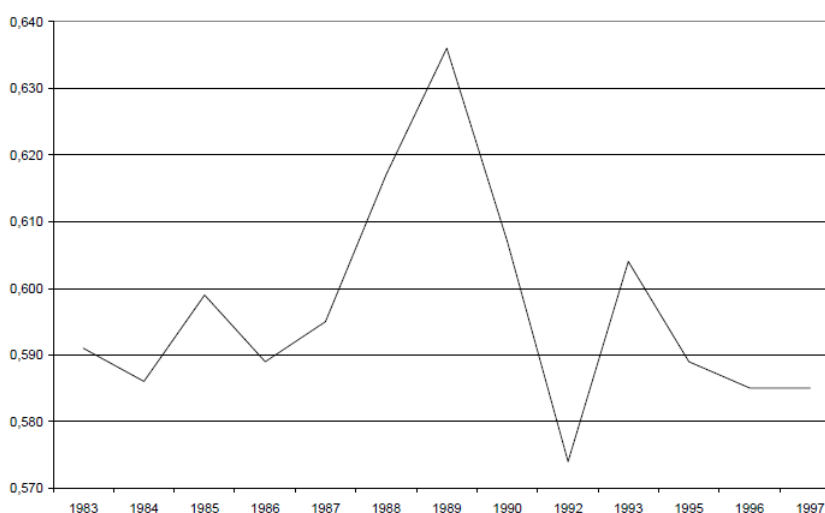
O desemprego e a precarização do trabalho refletiram de forma pesada no desenvolvimento social do Brasil, milhares de pessoas tanto no campo quanto na cidade em situação de extrema preocupação. O autor afirma que o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo FHC (1995-98) são um fenômeno de amplitude nacional.

Estudos mostram que o Brasil nunca viveu uma situação de desemprego tão elevado, acompanhado deste, as relações de trabalho se tornaram mais flexíveis. O trabalhador tornou-se refém de postos de trabalho cada vez mais precários e a viver de bicos e trabalhos temporários sem possuir renda fixa.

Em alguns gráficos baseados em pesquisa desta época, é possível evidenciarmos e ilustra muito bem o panorama econômico de grande estagnação:

Gráfico 1

Índice de Gini das pessoas economicamente ativas com rendimento Brasil - 1983/1997



Fonte: PNAD, apud Hoffmann, 1998.

Extraído de MATTOSO (1999)

De acordo com o gráfico de pessoas economicamente ativas para o período de 1983-1997 é observado que após o final da década de 1980, temos uma queda brusca no número de pessoas que compõe o quadro de pessoas ativas. Muito devido ao reflexo negativo da estagnação da produção e aumento da inflação.

Outro fator que pesa na história de formação do nosso país é a distribuição desigual da riqueza, na tabela abaixo são informados os percentuais de distribuição da riqueza entre os mais pobres e os mais ricos:

Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento – Brasil – 1960/1990

Ano	50% mais pobres	10% mais ricos	10% mais pobres
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15,0	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

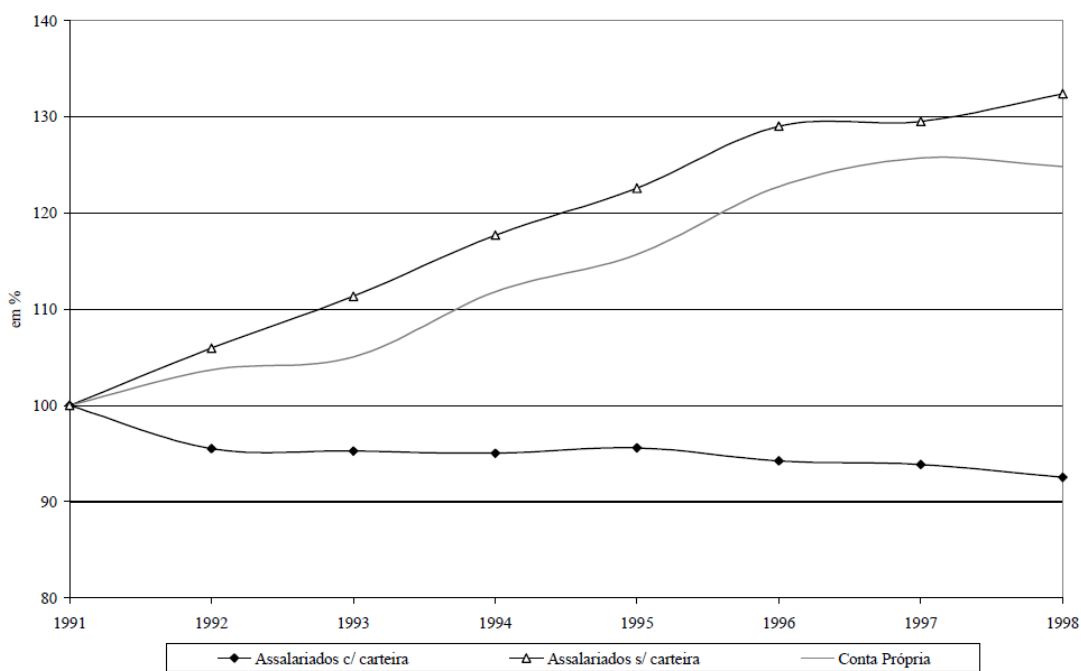
Fonte: GONÇALVES, 1998.

Extraído de MATTOSO (1999)

Podemos inferir pelos percentuais que a metade da riqueza produzida no Brasil é concentrada nas mãos de uma elite composta pelos 10% mais ricos, enquanto mais da metade da população pobre tem que dividir um pequeno montante. Este caráter concentrador é um dos agravantes da situação de emergência que registramos neste período.

Outro dado de igual importância para o período relatado é o gráfico que nos mostra o avanço do trabalho sem carteira assinada no período do governo Collor, sucedido por FHC:

Evolução da ocupação por posição nas regiões metropolitanas (base 1991 = 100)

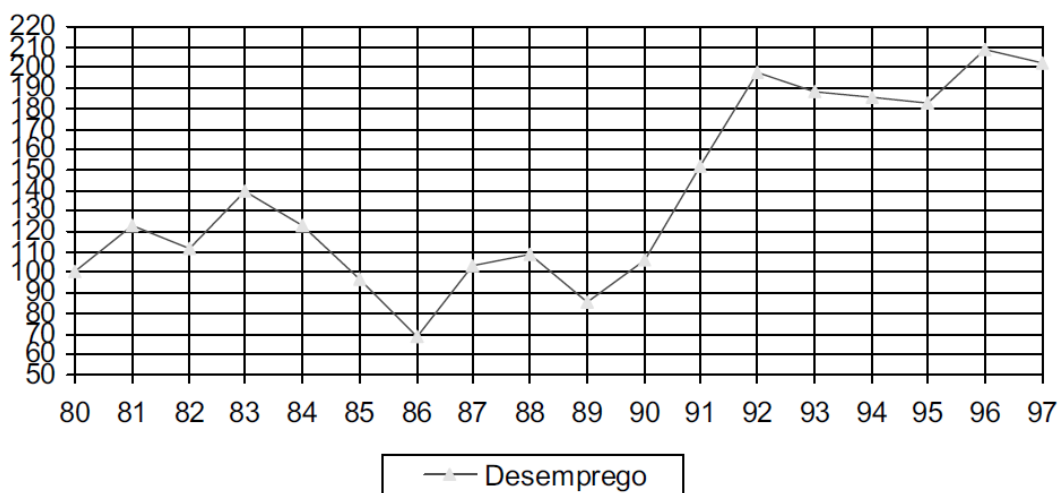


Fonte: PME/IBGE, elaboração IPEA

Extraído de MATTOSO (1999)

Este gráfico nos mostra que o trabalho sem carteira assinada aumenta significativamente em detrimento do rebaixamento dos postos de trabalho com carteira assinada. Em POCHMANN (1999) temos que na década de 90 o fenômeno do desemprego compreende uma das principais características da evolução da população economicamente ativa. E que de acordo com as pesquisas a taxa de desemprego para este período dobrou em relação à década de 1980.

Brasil: evolução do índice de desemprego (1980 = 100,0)**

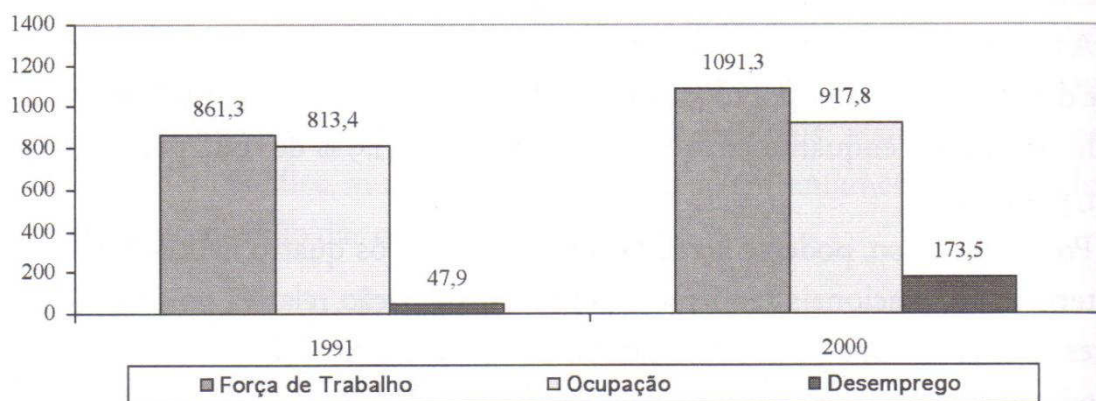


Fonte: Fibge/Pnad ajustadas
 * Estimativa
 ** Procura de trabalho
 Elaboração própria

Extraído de POCHMANN (1999)

Dentro deste contexto econômico, a região de Campinas também sente os reflexos desta estagnação e do aumento do desemprego. Dados desta época reforçam a afirmativa, de FONSECA et al (2002) temos que para um universo estimado de 104,4 mil postos de trabalho gerados entre 1991 e 2000 (11,6 mil vagas abertas por ano, em média) sendo que 230 mil novas pessoas ingressaram no mercado de trabalho da RMC. Em outras palavras, para cada vaga aberta, havia dois trabalhadores desempregados disponíveis, em média.

Evolução da força de trabalho, ocupação e desemprego 1991 a 2000 (em mil)



Fonte: Livro Verde – desafios para gestão da Região Metropolitana de Campinas (2002)

1.3 Cidades nos países subdesenvolvidos: O caso de Campinas

Para compreendermos as grandes cidades da atualidade, estas existentes nos países subdesenvolvidos da América Latina, necessitamos buscar em sua gênese os elementos condicionantes para sua formação. Para tanto adotaremos a linha de pensamento de alguns autores que buscam discutir o conceito de Cidade.

De acordo com CARLOS (1994) a cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória.

A cidade é colocada como palco do encontro das diferentes classes sociais, dos embates políticos, das manifestações culturais. Desde sua ascensão na idade média com o renascimento comercial e urbano, quando as cidades retomam sua centralidade tanto política quanto cultural.

“Ao recuar-se no tempo pode-se perceber que em cada época a relação sociedade-espço é distinta, quanto mais se recua na história mais dependente torna-se o indivíduo das condições naturais; mas isso não quer dizer que não fosse capaz de produzir um espaço peculiar ao seu estágio de *desenvolvimento*” CARLOS (1994).

A autora afirma também que a sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculados um do outro, pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade, corresponderá um estágio de desenvolvimento da produção espacial.

HARVEY (1980) a cidade é visivelmente uma coisa complicada. Parte da dificuldade que experimentarmos em lidar com ela pode ser atribuída à sua complexidade inerente. Da afirmativa acima podemos perceber que trabalhar o conceito de cidade não pressupõe aceitarmos verdades absolutas, já que a interação vivenciada entre homem e espaço é um acontecer dinâmico.

“A articulação de uma filosofia adequada de espaço social é uma necessidade primária se desejarmos entender a forma espacial da cidade e, já que, somente podemos entender o espaço social relacionando-o a alguma atividade social”.
(HARVEY, 1980 P. 20)

De acordo com SANTOS (1965) a rapidez com que crescem as cidades e aumenta a população urbana é um fenômeno geral nos países subdesenvolvidos. Esse fato é tanto mais importante porque é a cidade, nesse “Tiers Monde”, que cristaliza a vontade do progresso e, a bem dizer, prepara o processo de desenvolvimento.

A cidade torna-se exemplo do paradoxo entre o mundo industrial, seu aparato técnico avançado, suas edificações modernas. Porém convive com a pobreza a falta de políticas sociais adequadas e insuficiência nos serviços públicos.

“O que caracteriza as grandes cidades nos países subdesenvolvidos é o seu papel do traço de união entre um mundo industrial que lhe compra os produtos, brutos ou tendo recebido uma primeira preparação, e um mundo rural que fornece essas matérias-primas e, em troca, recebe produtos *manufaturados que a cidade importa ou fabrica*” (SANTOS, 1965, P. 2).

A cidade de Campinas muito conhecida por ser este espaço concentrador de infraestrutura tecnológica e ter um setor terciário muito desenvolvido e diversificado, conta com uma profunda exclusão sócio-espacial e uma concentração de renda.

Segundo CUNHA & OLIVEIRA (2001) apud CAIADO (1998) mesmo com o crescimento e dinamismo da economia, o modelo econômico capitalista praticado na região de Campinas é extremamente concentrador tanto na renda quanto de população, e principalmente excludente, gerando um contingente de trabalhadores subempregados, mal remunerados, inseridos em forma de organização de produção intensiva e em trabalhos de baixa capacidade de acumulação e produtividade.

Capítulo 2 – Comércio em Campinas – Teoria dos dois circuitos da economia (Superior e inferior)

O comércio é uma atividade tipicamente urbana, desde a antiguidade, passando pela baixa idade média, até chegarmos ao renascimento comercial das cidades europeias, temos relatos de diversas atividades comerciais realizadas nos centros urbanos. Pode-se então afirmar ao nos depararmos com a caracterização das cidades, o comércio ser uma atividade bastante presente.

Para BACKHEUSER (1944) o comércio empresta marcante fisionomia à paisagem cultural das localidades. Principalmente nas grandes cidades. Quer se acumule no centro urbano; quer se dissemine irregularmente pelos arrabaldes e subúrbios como nódulos de passados gloriosos estimulantes para adensamentos maiores; quer, finalmente, se espalhe pelas ruas, praças, galerias e gares na mercancia ambulante de produtos vários.

Campinas é a cidade que polariza os investimentos da RMC, conhecida por seu dinamismo e por abrigar filiais de grandes empresas, nacionais e internacionais. Passou por diversas transformações em seu espaço físico, sendo alvo de diversos planos urbanísticos.

Entre dos primeiros planos está o de Prestes Maia, Segundo informações do SEPLAMA (Secretaria de planejamento e Meio Ambiente) a necessidade de se estabelecer um horizonte seguro para as inversões de capitais (advindos da economia agrária) levaram a contratação de Prestes Maia – Engenheiro e Urbanista – para elaboração do plano de melhoramentos urbanos de Campinas, na década de 30.

Planos estes que a política ocupa lugar periférico, onde a noção de “cidadania” e a de uma “colaboração política” para se atingir uma “consciência geral” pautada no discurso da modernidade que almeja o progresso, através dos meios técnicos e da racionalidade científica.

A cidade então é fisicamente definida através da abertura de grandes avenidas estruturadoras numa proposta voltada para a constituição do centro, o que resultou em uma grande renovação deste, permitindo também condições de acessibilidade para áreas mais periféricas – sistema radiocêntrico.

Segundo informação do SEPLAMA – os alargamentos das vias são estabelecidos na lei n° 640 de 1951, surgindo assim às avenidas: Francisco Glicério, Dr. Campos Salles, Senador Saraiva assim como o viaduto Miguel Vicente Cury.

A partir da constituição destas vias centrais em Campinas, observamos nas décadas seguintes o encarecimento da terra na cidade, e a “expulsão” da população mais pobre para a periferia. E beneficiando-se deste aporte estrutural o comércio começa a se desenvolver e aumentar sua abrangência.

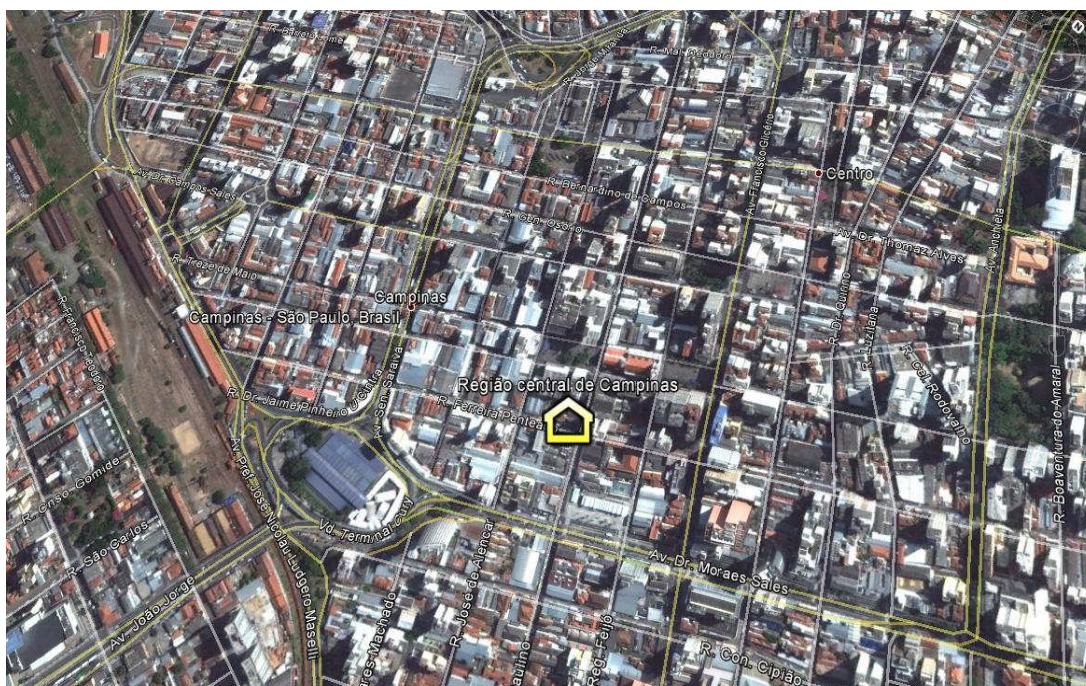
Em imagens abaixo temos uma foto aérea do Viaduto Cury na década de 1970, e outra retirada da base Google Earth com a imagem da mesma localidade em 2012.

Figura 1. Campinas (1970)



Fonte: SEPLAMA (Prefeitura de Campinas)

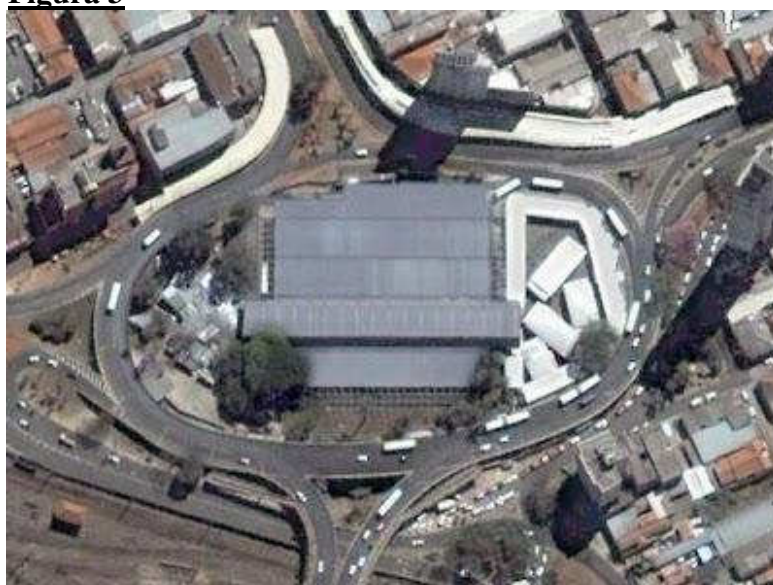
Figura 2. Campinas (2012)



Fonte: Google Earth

Nas imagens mostradas é possível percebermos um maior adensamento urbano, um número maior de prédios e nas proximidades do Viaduto Cury a presença do Terminal Central (Telhado Cinza) e o camelódromo ao lado, construído inaugurado no ano de 1983 no Governo do Prefeito Magalhães Teixeira. Neste local como visto na foto de 1970 existia uma praça de lazer.

Figura 3



Fonte: Site <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br>

Campinas então governado pela mentalidade tecnicista racional, e o discurso vigente neste período é o da modernização do centro urbano. Segundo SANTOS (2004) a pobreza agrava-se por toda parte, tanto nos países subdesenvolvidos que ingressaram recentemente “no caminho do progresso material”, como naqueles que começaram antes seu progresso.

Segundo o referido autor a razão disso seria que, a modernização tecnológica engendra disparidades sociais e econômicas crescentes. Campinas destacou-se por algumas décadas a partir de 1970 por atrair enormes quantidades de indústrias, o que tornou o ambiente propício ao desenvolvimento do setor terciário (comércio e serviços).

Entre as empresas estão: HP, Singer, Bagley, Arcor, Honda, 3M, Samsung, Dell entre tantas outras que estão localizados dentro da cidade de Campinas e também em sua região de influência. Segundo dados levantados pelo boletim de investimentos de Campinas, elaborado pela prefeitura, Campinas possuía no ano de 2010, 52.509 empresas instaladas nos diversos segmentos.

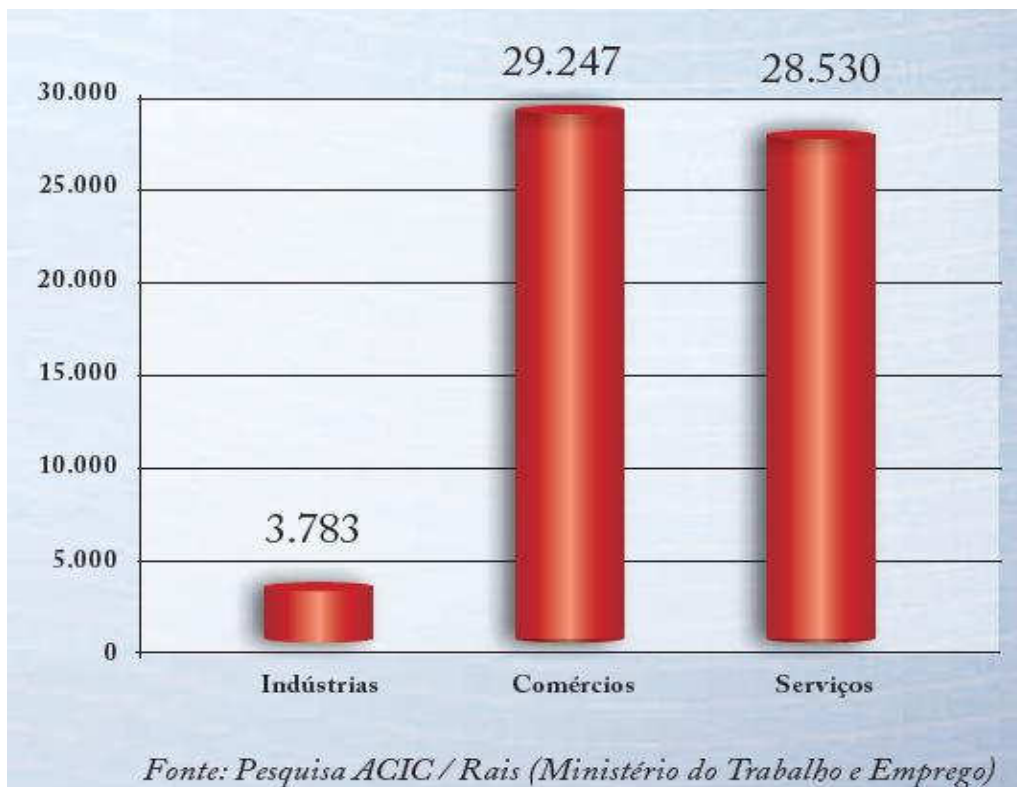
Segundo RIBEIRO (2005) o município de Campinas passa a apresentar ao longo dos anos 80 e, sobretudo, na década de 1990, um crescimento mais significativo do setor terciário. Embora a indústria, ainda com evolução bem favorável, mas com relativa diminuição do seu crescimento, passa a apresentar uma acentuada diminuição no número de empregos.

De acordo com RIBEIRO (2005) em levantamento feito pelo EMPLASA (2002) dos investimentos privados anunciados no primeiro semestre de 2001 da ordem de US\$ 900 milhões para implantação, ampliação ou modernização de empresas e empreendimentos para RMC (o que representou 7% do total de investimentos previstos para o Estado de São Paulo) 60% correspondeu ao terciário; 33% ao secundário; 6,5% ao comércio, e 2% a agropecuária e pesca.

Os números nos mostram que a cidade de Campinas, é um local privilegiado por diversos fatores, para que grandes grupos possam utilizar todo aparato técnico. Segundo números do guia de investimentos de Campinas (2008) o PIB de Campinas 27.160 bilhões é superior ao de vários países da América Latina e do Caribe, como Jamaica, Paraguai e Nicarágua.

Na Tabela 3 pode-se observar para a cidade de Campinas o aumento da participação do setor Terciário (Comércio e Serviços):

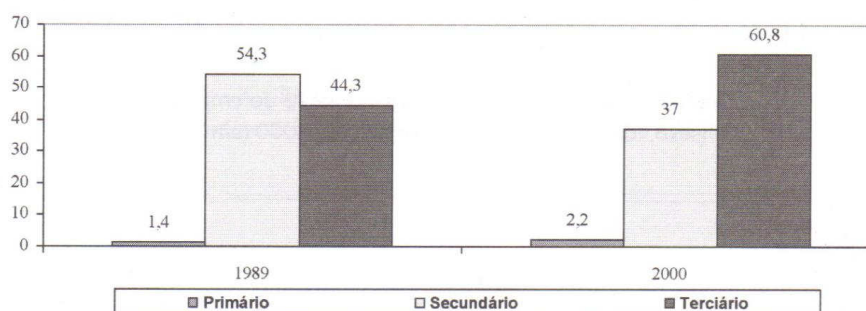
Número de empresas por setores em Campinas (2008)



Fonte: Campinas guia de investimentos - Disponível em www.campinas.sp.gov.br/arquivos/Guia_Investimentos.pdf

Como evidenciado no gráfico acima a participação do setor secundário ganhou muita força após a década de 80 e o comércio e serviços é que registram uma maior participação na disponibilidade de postos de trabalho. No gráfico abaixo temos para o período de 1989 – 2000 a participação do pessoal ocupado, e é possível evidenciamos tal fato.

Gráfico 2 – RMC – Evolução da composição da ocupação, 1989 e 2000 (em %)



Fonte: Livro Verde – desafios para gestão da Região Metropolitana de Campinas (2002)

Segundo RIBEIRO apud GEORGE (1979) sublinha o setor terciário como o de mais difícil determinação em razão de sua diversidade e complexidade, o que muitas vezes acarreta uma acentuada ambiguidade desta noção. Pois esta nomenclatura se refere a um conjunto de ocupações e atividades auxiliares no complexo da economia cuja atividade dominante são os serviços, daí a denominação setor de serviços.

Na tabela a seguir, podemos observar que Campinas por polarizar os investimentos destinados a RMC, constitui-se enquanto espaço que mais concentra os estabelecimentos comerciais da referida região.

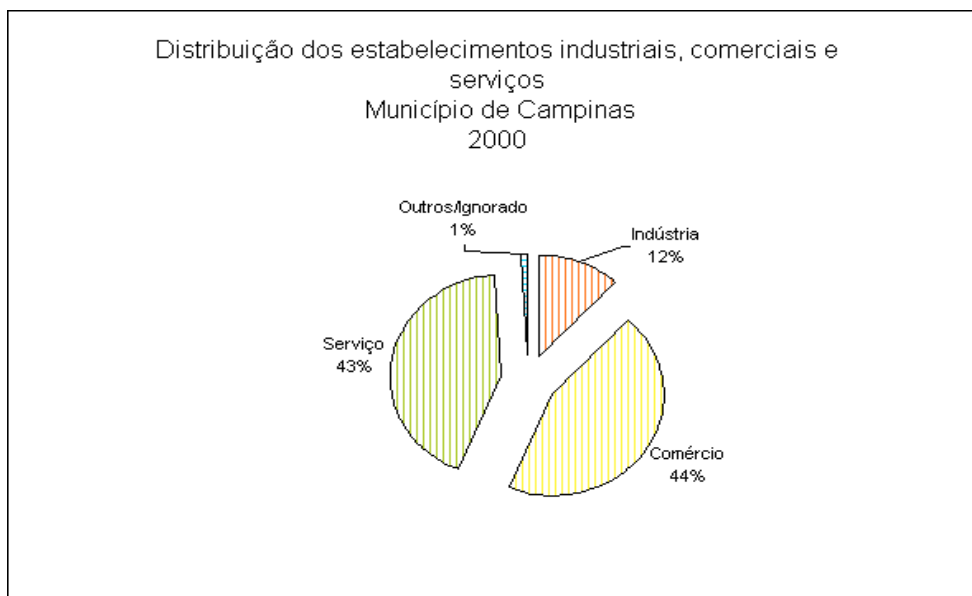
Tabela 3

Estabelecimentos Comerciais-Industriais-Serviços e Outros					
Região Metropolitana de Campinas 2000					
Municípios	Indústria *	Comércio	Serviço	Outros/Ignorado **	Total
Americana	1728	4330	3106	44	9208
Artur Nogueira	157	750	385	126	1418
Campinas	5196	19195	18473	483	43347
Cosmópolis	217	1074	584	42	1917
Eng. Coelho	33	151	111	43	338
Holambra	29	225	172	169	595
Hortolândia	389	1473	1007	33	2902
Indaiatuba	918	2973	1752	120	5763
Itatiba	580	1667	1243	147	3637
Jaguariúna	196	683	546	117	1542
Monte Mor	160	471	329	133	1093
Nova Odessa	349	686	408	45	1488
Paulínia	345	1228	1019	62	2654
Pedreira	453	686	377	65	1581
Sta Bárbara d'Oeste	879	2527	1253	62	4721
Sto Ant ^o de Posse	84	504	415	102	1105
Sumaré	660	2258	1322	75	4315
Valinhos	621	1418	1464	109	3612
Vinhedo	350	1113	869	56	2388
R.M.C.	13344	43.412	34835	2033	93624

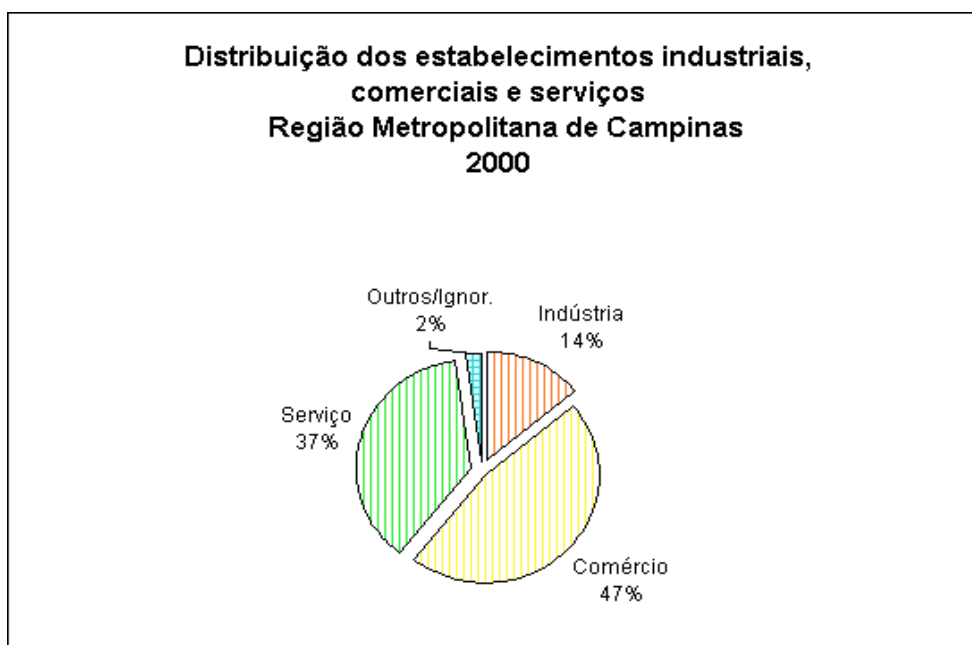
Fonte: Seplama - elaborado a partir dos dados extraídos

* Extrativa Mineral- Indústria de Transformação- Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil ** Administração Pública-Agropecuária, Extrativa Vegetal, caça- pesca e outros /ignorado

Fica mais clara esta disparidade verificando os gráficos elaborados pelo Seplama de Campinas, onde está destacado o que foi evidenciado na tabela 3, fica mais uma vez confirmado que Campinas tem uma enorme força econômica perante seus municípios vizinhos.



Fonte: Seplama (2002)



Fonte: Seplama (2002)

Nos gráficos acima, podemos observar que o setor comercial é o que mais cresceu, e que para cidade de Campinas representa o maior componente de sua receita mensal. Por ser um setor bastante dinâmico e complementar de outros segmentos, como a indústria, concentra também o maior contingente de mão-de-obra empregada para Campinas.

O setor terciário quando mostrado acima é o mais desenvolvido e o que mais cresce atualmente. Parte seguida pelo setor de serviços que também possui destaque para RMC de Campinas. A quantidade de estabelecimentos de ambos confirma a presente afirmação.

2.1 A teoria dos dois circuitos da economia urbana: o caso específico dos países subdesenvolvidos

O processo de globalização pelo qual passaram as cidades dos países subdesenvolvidos trouxe uma nova dimensão em sua esfera econômica. Por toda a história de gênese de tais países podemos perceber que cada qual absorveu os efeitos desta “mundialização” dos lugares de forma distinta.

Este processo ocorreu de forma acelerada e inacabada, e as cidades dos países subdesenvolvidos convivem com os problemas gerados por outra racionalidade vinda de fora. De acordo com SANTOS (1994) pelos objetos em que se apoia e pelas relações que cria, a nova divisão internacional do trabalho leva a uma verdadeira mundialização dos lugares [...] grandes cidades do terceiro mundo, cada vez mais numerosas, incluem-se nesta família, ostentando, porém, em cada caso, características particulares.

O discurso da modernização do território acarretou uma mentalidade tecnicista que pode ser observado em nossas grandes metrópoles, que diferem daquelas cidades altamente especializadas. Podemos citar exemplos como o caso de Campinas que possui um parque industrial dinâmico e o caso de uma cidade do centro-oeste brasileiro que é especializada no cultivo de soja para exportação.

Tal fato marca o processo de inserção do Brasil no sistema econômico global de forma precária, servindo a interesses alheios as vontades da nação. De acordo com RIBEIRO (2005) o impacto modernizador é seletivo em todos os níveis, tanto nacional quanto regional ou mesmo local. A modernização contemporânea, mas associada a meados de 1970, é um modelo tecnológico caracterizado por: um novo peso da tecnologia com certa autonomia da pesquisa dentro do sistema; por elementos de apoio fundados em formas modernas de concentração que em interação definem modos de organização espacial.

Com o advento da globalização o que pode-se evidenciar é uma lógica técnica única, em que todos os países passam a produzir não mais em escala nacional e sim global. De acordo com SANTOS (1994) a unidade das técnicas que presidem à instalação dos novos objetos se dá a nível mundial, assim como a unidade das relações que os animam.

Segundo SANTOS (1994) lugar composto e complexo, cada grande cidade inclui, pois, subespaços especializados, fundados na ciência e na técnica, concebidos para permitir, de um ponto de vista geoeconômico, a maior eficácia possível a

determinado tipo de função [...] nessa família cada vez mais numerosa, incluem-se grandes cidades do terceiro mundo, as quais, entretanto, ostentam características particulares, devidas à modernização incompleta sua e do respectivo país, segundo condições próprias de cada Estado-Nação.

No caso do Brasil a região privilegiada foi o Sudeste, mas especificamente a região do presente estudo, é evidente a escolha de alguns espaços para dar cabo do desenvolvimento concentrado. Este que é marca comum nos países subdesenvolvidos e podemos observar na região de Campinas.

Com a evolução do setor terciário, podemos perceber com mais clareza o que Milton Santos denominou de Circuito inferior e Circuito superior da economia urbana. O primeiro diz respeito segundo SANTOS (2004) ao circuito moderno, devido à natureza de seus elementos e ao fato de ser comandado pelas variáveis mais modernas do centro do sistema mundial, o segundo seria aquele circuito não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda a espécie.

É de extrema importância a análise proposta por SANTOS (2004), pois o autor busca compreender a dinâmica espacial através da utilização dele pela população dos países subdesenvolvidos. O referido autor mostra a especificidade deste fenômeno em países pobres, diferenciando-os daqueles ocorridos em países desenvolvidos.

Segundo SANTOS (2004) parece-nos útil mostrar a especificidade dos dois circuitos da economia urbana, e isso para evitar que se repitam três erros bastante difundidos, provenientes de uma tendência persistente de sempre querer comparar o que ocorre no mundo subdesenvolvido com o que existe no mundo desenvolvido. O primeiro erro consiste em se pensar que é possível fazer um paralelo entre os fenômenos urbanos que acompanharam a revolução industrial na Europa e aqueles que se constatarem no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos. Contudo, não pararemos de repetir que a existência dos dois circuitos é um fenômeno atual, criação da modernização tecnológica, e deve ser estudado como tal.

O circuito superior é caracterizado pelo comércio e indústria moderna, e os bancos que seriam os viabilizadores e como SANTOS (2004) afirma que os bancos, funcionam como os traços de união entre a economia urbana local e o escalão econômico superior.

Segundo SANTOS (1965) a função bancária, por exemplo, serve exclusivamente ao comércio e a outras atividades especulativas. O banco comercial de Angola, de São

Paulo e de Luanda, empresta, fundamentalmente, para financiar construções e o comércio de café. Na cidade de Salvador em 1959, o comércio absorveu 60% dos empréstimos bancários.

De acordo com RIBEIRO (2005) o Circuito Superior é o da modernização tecnológica, bem representado nos monopólios. O essencial de suas relações não é controlado na escala da cidade ou de sua região, mas em estruturas internacionalizadas. Já o inferior é constituído por atividades de pequena escala que servem, sobretudo, a população pobre.

Mesmo existindo uma distinção clara entre ambos os Circuitos da economia urbana, existe segundo RIBEIRO (2005) uma relação de complementaridade entre ambos, sendo que o circuito inferior é induzido pelo superior, mesmo que correntemente se faça uma confusão (dado ideológico e político) entre o setor moderno e a cidade como um todo.

Cada um destes subsistemas é manifestado em escalas diferentes, enquanto o superior atinge a escala global e age conforme situações econômicas globais, no inferior é influenciado pela escala local e regional a que pertence suas atividades.

De acordo com SANTOS (2004) as grandes lojas e os supermercados representam um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos. Sua existência está ligada à possibilidade de uma demanda mais numerosa e mais diversificada, assim como às possibilidades de pagamento em dinheiro líquido ou segundo as formas burocráticas de crédito, tais como cartões de crédito particulares a certas firmas comerciais.

Os impactos a que esta racionalidade hegemônica a que os países subdesenvolvidos são reféns, é que dita as práticas e os rumos dos projetos da nação. Segundo MIRANDA (2005) a cada modernização o espaço é chamado a adaptar-se à nova lógica da produção, isto é, novos sistemas técnicos são introduzidos no espaço, intencionalmente, buscando a realização de determinados projetos.

2.2 - Shopping Centers – Gênese e impactos no espaço e na economia dos países subdesenvolvidos – O caso de Campinas

É de extrema importância citarmos no presente trabalho a nova tendência que vem ganhando força nos países periféricos, que são os Shopping Centers. Segundo BIENENSTEIN (2001) o Shopping Center materializa a associação-combinação de diversos interesses. Via de regra, até o momento, é o setor privado que tem tido a iniciativa de sua construção, constituído numa experiência, mas fruto da concentração de capital em poucas mãos.

Em boletim do BNDES (1996) temos que os Shoppings Centers são empreendimentos realizados por diversos agentes, como empresas de incorporação e de construção imobiliária, grupos industriais e financeiros e fundos de pensão, que participam do projeto em diferentes etapas e com expectativas distintas. A natureza do seu negócio é o comércio varejista, observando-se o aumento de sua participação nesta atividade, principalmente a partir da década de 80.

Os Shoppings Centers surgiram nos Estados Unidos na década de 50 como resultado de estratégias de comércio visando atrair e atender um número de consumidores que se expandia para os subúrbios das grandes cidades. De acordo com boletim do BNDES (1996) os fatores resultantes do crescimento urbano, com a necessidade de mais segurança e maior conforto, e as características climáticas, dentre outros, incentivaram o crescimento do segmento. A entrada da mulher na força de trabalho, o desenvolvimento dos transportes facilitando as compras volumosas e o afluxo de compradores às grandes lojas.

No Brasil o primeiro Shopping Center, o Iguatemi São Paulo, foi inaugurado em 1966 e está em funcionamento até hoje. Sete novos empreendimentos foram iniciados, mas a partir de 1989, foi construído o maior número de Shopping Centers, é possível visualizar isto na tabela 4.

SARAPKA (2007) afirma que o Shopping Center forma novos pólos urbano de desenvolvimento. Novos núcleos atraem população que neste caso por se tratar de uma área também de comércio pode ser denominada de cliente; gera empregos, que envolvem a contratação de profissionais de diferentes níveis.

Tabela 4**Shopping Centers construídos e em construção - 1966/97**

ANO	NÚMERO	ABL* (M²)	ABL* ACUMULADA
Construídos			
1966	1	33.529	33.529
1968	1	9.665	43.194
1971	1	54.633	97.827
1973	1	9.922	107.749
1975	3	106.812	214.561
1976	1	51.773	266.334
1979	1	42.608	308.942
1980	4	200.387	509.329
1981	4	213.699	723.028
1982	5	124.243	847.271
1983	4	105.831	953.102
1984	5	95.164	1.048.266
1986	4	113.408	1.161.674
1987	6	154.395	1.316.069
1988	3	94.936	1.411.005
1989	11	219.273	1.630.278
1990	6	85.413	1.715.691
1991	10	274.843	1.990.534
1992	9	107.215	2.097.749
1993	9	218.513	2.316.262
1994	9	62.586	2.378.848
1995	13	182.106	2.560.954
1996	1	9.500	2.570.454
Total	112	-	2.570.454
Em construção			
1996	6	97.851	97.851
1997	10	169.384	267.235
Total	16	-	267.235
Total Geral	128	-	2.837.689

Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce).

*ABL: Área Bruta Locável

Fonte: Boletim BNDES (1996)

Pelos dados expressos na tabela que os empreendimentos para construção de Shopping Centers aumentaram significativamente, mostrando que foi e continua sendo uma tendência para expansão do setor comercial. Abaixo na tabela 5, pode ser observado que a região que mais recebeu este tipo segmento foi a Sudeste, por todo seu histórico de desenvolvimento.

Distribuição de Shopping Centers segundo Região

REGIÃO	NÚMERO DE SHOPPING CENTERS	ABL	%	NÚMERO DE LOJAS	NÚMERO DE EMPREGOS
Norte	3	85.514	2,3	482	6.578
Nordeste	11	350.072	8,6	2.137	26.928
Centro-Oeste	9	236.283	7	1.698	18.175
Sudeste	79	1.753.695	61,8	13.062	134.901
Sul	26	412.125	20,3	3.768	31.701
Total	128	2.837.689	100	21.147	218.283

Fonte: Abrasce

Fonte: Boletim BNDES (1996)

De acordo com o Boletim do BNDES (1996) as consequências do processo de crescimento urbano, com suas deficiências de infra-estrutura, têm propiciado a expansão do número de Shopping Centers, uma vez que estes buscam a centralização das compras, gerando a agilidade e economia de tempo para o consumidor.

Por outro lado o Shopping Center é considerado um enclave social, pois funciona nas grandes cidades de forma seletiva. E seu fim não é satisfazer as necessidades do público, mas ser o objeto de desejo de uma sociedade pautada no consumo.

“Pintaudi (1989) afirma que o importante é entender que o grande capital encontrou a maneira de melhor reproduzir-se, através da concentração da atividade comercial e seu respectivo controle, via monopólio do espaço de vendas [...] as vantagens para o capital financeiro e imobiliário são grandes, já que o local de comercialização não é vendido e sim alugado o que significa dizer que os proprietários do imóvel estarão sempre auferindo a renda do monopólio que é paga com o superlucro obtido pelo comerciante por estar naquele lugar de comércio”. (BIENENSTEIN, 2007 P. 5)

Segundo o GEONOTICIAS (2011) primeiro número pertencente à empresa de pesquisa IBOPE, em 2010 existiam 310 Shoppings em operação em todo Brasil, com 58.924 lojas, 1.710 salas de cinema e 549.578 vagas de estacionamento. O supermercado é um elemento importante no composto varejista dos Shoppings Brasileiros, quase sempre como loja âncora.

Tabela 6

ANO	Nº DE SHOPPINGS	FATURAMENTO (R\$ BILHÕES)	% DO VAREJO
2008	342	70,1	13,7 %
2009	359	78,8	14,0 %
2010	381	89,5	14,0 %
PREVISÃO 2011	419	109,1	15,4 %

Fonte: GEONOTICIAS (2011)

Segundo SARAPKA (2007) a transformação que o comércio vem sofrendo está intimamente associada à evolução dos meios de transporte. Primeiro o transporte de baixo e confiável resumia-se no transporte marítimo, e com isso a atividade comercial acontecia em cidades portuárias. Hoje devido ao desenvolvimento da tecnologia pode-se incluir essa relação de meios de transporte além do marítimo e ferroviário, o sistema de hidrovias, auto-estradas, aéreo e inclusive o de dutovias.

Em SARAPKA (2007) temos que no caso de Campinas, o transporte intermodal pode ser fortemente explorado devido à localização estratégica da cidade. O aeroporto de Viracopos é o maior terminal de cargas da América do Sul e está localizado a 14 km do centro de Campinas e 99 km da cidade de São Paulo. Seu acesso se faz através da Rodovia Santos Dummont que está interligada à Rodovia Anhanguera e à Rodovia Bandeirantes.

Sete são suas rodovias e também sete é número dos Shopping Centers, distribuídos pela cidade de Campinas, totalizando 1.200 lojas, possui ainda 21 supermercados e 33 lojas de departamentos. No computo total são mais de 20 mil estabelecimentos comerciais, onde 86% pertencem ao comércio varejista e 14% ao comércio atacadista. (SARAPKA, 2007 P. 205).

Este tipo de segmento mostrou-se uma tendência muito presente nos países subdesenvolvidos. Porém não podemos deixar de frisar as condições de trabalho, que tem aumentado em detrimento da diminuição dos salários, algo que evidencia a exploração perversa dos trabalhadores.

Tabela 7

Perfil dos Shopping Centers de Campinas			
SHOPPINGS	Número de lojas	Postos de trabalho	Movimento mensal
Parque D. Pedro Shopping	389	5,8 mil	1,8 milhão visitantes
Shopping Center Iguatemi Campinas	305	5 mil	1,5 milhão visitantes
Campinas Shopping	168	1,5 mil	1,1 milhão visitantes
Galleria Shopping	140	3 mil	450 mil Visitantes
Shopping Unimart	91	2,8 mil	540 mil visitantes
Shopping Prado	52	325 mil	180 mil visitantes

Fonte: Correio Popular Campinas (2010) - Elaborado tabela a partir das informações coletadas

Segundo JUNIOR (2009) Com a dominação dos trabalhadores pelo discurso e ideário da rede, este trabalhador passa estar ajustado à cadência de interesses do capital, passando mesmo a realizar a defesa da própria rede que os explora.

Pela tabela 7 acima destacada, pode-ser perceber que este empreendimento tem uma clientela crescente de consumidores, que buscam realizar o que Marx descreve como o “fetiche”. Esta sociedade baseada no consumo, que nos relega ao individualismo e aliená-se frente a realidade vivida.

De acordo com RIBEIRO (2005) os impulsos que unem cultura e mercado, mediados pela nova base técnica de sustento das atividades econômicas, acontecem nos lugares, em consonância com as estratégias traçadas por aqueles que mapeiam bens culturais (objetos, hábitos e comportamentos) e com busca continua por inovação que faz girar a roda, desejada cada vez mais rápida, do consumo.

Apesar do grande desempenho em termos de lucro que os Shoppings conseguem, os trabalhadores acabam tendo sua carga de trabalho aumentada, ao passo que os salários permanecem estagnados. JUNIOR (2009) são duas estratégias principais que o capitalista tem a sua disposição para incrementar sua taxa de mais-valia. Ou prologa-se a jornada de trabalho, ou aumta-se a intensidade do trabalho.

O referido autor ainda argumenta que talvez uma das mais marcantes notas da sociedade do capital nos últimos anos seja a sua grandiosa capacidade de esgotar a saúde de seus trabalhadores. Completando esta situação, o sindicato que rege a categoria, muitas vezes são comandados pelos donos de redes de loja, ou quando não os diretores possuem relações muito próximas destes, dificultando a luta por melhores salários e condições de trabalho.

A seguir fotos dos Shoppings de Campinas:



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Fotos do Carrefour ao lado do Shopping Iguatemi, basicamente a maioria dos Shoppings de Campinas está associada a uma grande rede de Supermercados ou Hipermercados.

Parte lateral do Shopping Iguatemi Campinas



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

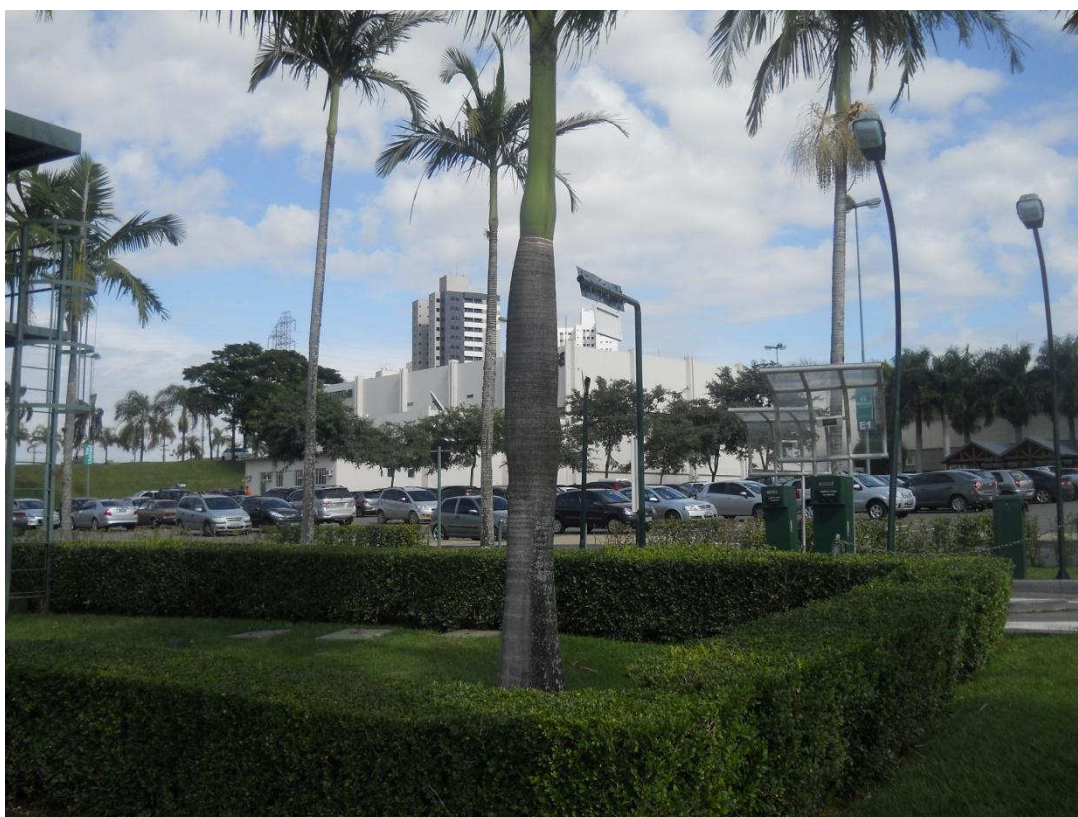


Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Shopping Dom Pedro Campinas



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Shopping Unimart Campinas



Foto: Sergio Martarolli Camargo (11.06.2012)



Foto: Sergio Martarolli Camargo (11.06.2012)



Foto: Sergio Martarolli Camargo (11.06.2012)

Shopping Galeria Campinas



Fonte: Google Imagens

Shopping Prado Campinas



Fonte: Google Imagens

2.3 Comércio de rua em Campinas: O caso da Rua 13 de maio

A Rua treze de maio, localizada na porção mais central de Campinas, tem sua história intimamente ligada ao comércio. Transformada na década de 1970 no único calçadão da cidade, de acordo com a ACIC (Associação Comercial e Industrial de Campinas) recebe cerca de 100 mil pessoas por dia, mas este público pode chegar a 150 mil em ocasiões especiais, como dia das mães e natal.

No final do século XIX, a treze de maio já era ponto central do comércio, com os armazéns de secos e molhados, os pontos de vendas dos produtos de alimentação, vestuários e calçados. Segundo Economista Laerte Martins, uma das lojas mais antigas na treze é a loja “Ezequiel” especializada em roupas masculinas, “ela passou de pai para filho ao longo desses anos” contou. (ACIC, 2005)

Um dos símbolos da 13 de maio, a catedral de Campinas



Fonte: Site Mémoires de Campinas

A Rua treze de maio em Campinas, juntamente com a Rua Costa Aguiar e a Rua José de Alencar, são 3 das ruas mais movimentadas de Campinas, composta por lojas pequenas e médias de vários gêneros e por praças e agências bancárias, além de ambulantes e camelôs com ponto fixo.

Esquema Região Central de Campinas



Fonte: Elaboração Própria a partir da base Google Maps

O comércio de rua em Campinas possui diversas Lojas como: Casas Bahia, Renner, Hot Point, C&A, Passarela, Baby, Principal. Lojas menores como: Cigana, Peebles, Miami, Amor, Torra- Torra. Além de Shoppings Populares de rua como o central Shopping localizado na rua Costa Aguiar e o Free Shopping localizado na Rua Dr. Moraes Salles.

PEDROSO apud VILLAÇA (2001) apontam que o desenvolvimento do capitalismo mercantil fez crescer o comércio varejista e introduziu profundas transformações no comércio atacadista e importador, além de fazer surgir novos tipos de estabelecimentos, desenvolver novos métodos de comerciar e de criar novos hábitos de consumo.

De acordo com a reportagem do jornal Correio Popular de 04.03.2011 o comércio da RMC bateu o recorde no primeiro bimestre deste ano: R\$ 2,559 bilhões de faturamento. O resultado foi o melhor em dez anos segundo a referida reportagem.

Apesar de concentrar diversos tipos de serviços, as áreas centrais tem sofrido uma crescente desvalorização, muito devido a instalação de Shoppings Centers em diversos pontos do Município de Campinas. Isso de certa forma demonstra que a sociedade baseada no consumo, procura nos Shopping Centers selecionar o encontro apenas com aqueles que pode usufruir de tal local.

Entre as justificativas para não circulação nas áreas centrais, está o medo da violência, a procura por espaços esteticamente mais agradáveis, que não aqueles onde está os mendigos e prostitutas que procuram ali sua sobrevivência, assim como os camelões e ambulantes que também dividem este espaço.

Dentro da Geografia brasileira existe uma importante discussão mostrando que a recusa pelas regiões centrais, vem muitas vezes como proposta de uma ordem que chega nos lugares para incutir uma racionalidade tecnicista. RIBEIRO (2005) a complexidade desta nova ordem tecnocultural não nos permite pensá-la, entretanto, como mera instrumentação da esfera econômica. Não há dúvida que tal ordem, aparentemente apartidária, adequa-se politicamente às perspectivas social-democráticas que, de um lado, atribuem ao mercado a responsabilidade pela alocação dos principais recursos econômicos e, de outro, reservam ao Estado o papel de garantia dos direitos de propriedade e de estímulo ao progresso tecnocientífico – última das utopias do capital. Cultura é aí, algo pragmaticamente vinculado ao mercado.

O Estado além de preservar o direito de propriedade é que também adequa o espaço para recepção de uma nova materialidade. De acordo com BORTOLOZZO & SILVA (2011) a recuperação dos centros significa a perpetuação da história, promovendo a reutilização de seus edifícios, valorização do patrimônio construído, dinamizando o comércio e gerando novos empregos. Buscam-se novos investimentos, moradores, turistas, moradores, ou seja, usuários que consomem o espaço e atrativos deste.

Em reportagem do Diário Oficial 22/04/2012, apresentou o projeto da prefeitura de Campinas, que na época, estava investindo na revitalização da Rua Treze de Maio. O projeto implantado visava abranger uma área de 2,8 mil metros quadrados, com uma duração de 4 a 5 meses, e cerca de 4,6 milhões de reais, assumidos integralmente pelo poder público.

Segundo a referida reportagem, esta mudança seria uma de muitas realizadas, que estimularia outras ações de recuperação do centro. Foram realizadas mudanças estruturais como: remodelamento da calçada, iluminação e ampliação das áreas verdes com plantio de Palmeiras.

De acordo com a reportagem divulgada no site da prefeitura de Campinas no dia 8.08.2003, um dos fatores declarados pelo poder público foi o de proporcionar maior segurança, referindo-se a instalação de cameras e ainda salienta que a segurança irá trazer um novo público, aquele que circula nos Shoppings Centers, comentário feito por uma comerciante da Rua 13 de maio.

Percebemos que a cidade é mediada apenas pelas relações de consumo, é claro que existe outras racionalidades que aparecem como resistência a esta ordem, mas não são lembrados pelos projetos públicos. Segundo BORTOLOZZO & SILVA (2001) a cidade-empresa, é portanto, a revelação da mercadorização integral da cidade, em que a competitividade se faz em todas as escalas do cotidiano e como diretriz de políticas de planejamento, pois a construção da imagem da cidade voltada para o exterior é uma exigência do capitalismo de imagem.

“O território se transforma em mercadoria a ser consumida por uma classe específica e esse projetos objetivam a recuperação da base econômica das cidades, introduzindo-as nos grandes ciclos do capital. Assim unem-se os setores públicos e privados, sobretudo o poder público e os empreendedores imobiliários, afim de reinventar e reconstruir o espaço como se fosse uma tábua rasa e sem espaço vivido. O patrimônio cultural é, assim, apropriado sob os critérios histórico, estético, estilístico, consumista e mercadológico” (BORTOLOZZO & SILVA, 2001 P. 4)

Segundo boletim econômico da ACIC (2012) as vendas de natal do ano de 2011 cresceram 6,4% , bem abaixo dos 13% do natal de 2010, com patamares abaixo destes indicadores. Em Janeiro 2012 o comércio varejista de Campinas mostra um crescimento de 8,1% no nível de consulta ao SCPC, que é o indicador no volume de vendas no mercado campineiro. Fato estes que comprova que o consumidor comprou mais a crédito (10,15% a mais que em 2011) e menos a vista, que expandiu em 5,49% em Janeiro de 2011.

Ao passo que a inadimplência registrada pela ACIC que cresceu 1,48% e comprova que não foram pagos 5.041 no mês de Janeiro 2011. Este fato evidencia que a busca pelo consumo sem dinheiro tem aumentado, e as prestações a perder de vista acabam iludindo o consumidor que prefere endividar-se para realizar o “sonho do consumo”.

Fotos da Rua 13 de Maio, Campinas



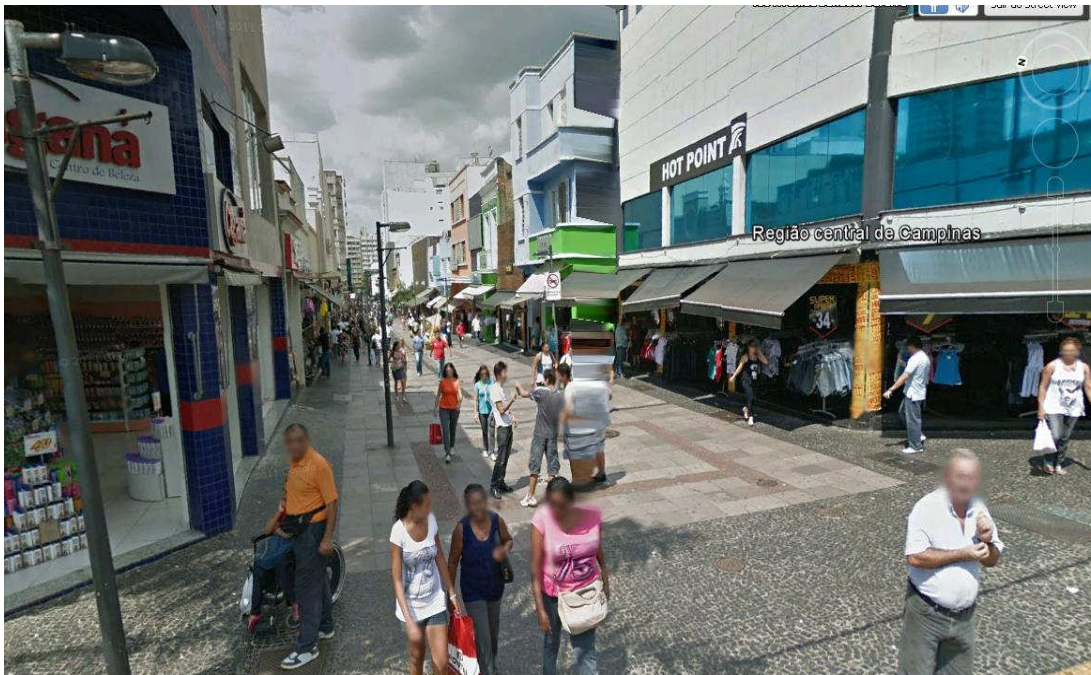
Fonte: Google Imagens



Fonte: Google Imagens



Fonte: Google Imagens



Fonte: Google Earth

Segundo BORTOLOZZO & SILVA (2011) no ano de 2009, sob a responsabilidade do governo do Partido democrático trabalhista (PDT), outro projeto inicia-se no local. Desta vez, organizado pelo CONDEPACC, que tem como intuito diminuir a poluição visual, para isso, implantou leis no centro da cidade que delimitam

os tamanhos e alturas das placas dos comerciantes e proíbem a pintura de fachadas e prédios antigos.

2.4 Embate entre Lojistas e camelôs

Os camelôs que estão presentes no espaço do centro de Campinas são constantemente pauta do conflito com os lojistas. Este comércio de menos capital envolvido, aglomera-se nas ruas centrais de Campinas a partir da década de 80 com mais expressividade.

De acordo com BORTOLOZZO & SILVA (2002), contudo é nos anos de 2001 a 2005 que se evidencia a problemática do comércio ambulante, bem como um aumento significativo nos números de camelôs no mesmo período o que irá gerar de fato a inserção destes comerciantes no programa de revitalização do centro, iniciando em fevereiro de 2004, pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em parceria com os sindicatos e movimentos dos vendedores ambulantes fixos e fluxos, o projeto centro popular de compras.

A instalação destes comerciantes na região central da cidade ocasionou uma série de reivindicações e reclamações por parte da organização dos lojistas da região, como a ACIC (Associação dos Comercial e Industrial de Campinas) e a CDL (Câmara dos dirigentes Lojistas), que se tornaram uma forte oposição aos camelôs de Campinas e seguiram, desde então com inúmeras tentativas de retirada dos opositores do local, e muitas vezes com a coerção e proibição da continuidade do trabalho dos informais. (BORTOLOZZO & SILVA, 2011 P. 9)

O centro então passa a ser o lugar da luta, de um lado os Lojistas e de outro o comércio popular que tenta permanecer como resistência a uma única forma de usar o espaço. São diversos os protestos realizados pelos camelôs e também a repressão se faz na mesma proporção, apesar disto a categoria continua transformando-se e adaptando-se a utilização muitas vezes seletiva dos centros urbanos.

RIBEIRO (2005) salienta que entre as resistências, incluem-se as práticas que buscam garantir a circulação e a permanência do outro nos espaços públicos. É indispensável reafirmar a circulação e a permanência de dimensões essenciais do direito a cidade, frente a crise do trabalho, ao aumento da exclusão social e à difusão de ideários de segurança que ampliam a segregação sócio-espacial e cultural.

Na foto Abaixo temos uma faixa colocada pelos camelôs denunciando as ameaças a sua permanência: Rua José de Alencar, esquina com a Rua Ferreira Penteado



Foto: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Em suma evidencia-se que existe na cidade o conflito, e a racionalidade do capital, muitas vezes coíbe a vivência passiva, entre aqueles que precisam ocupar o espaço. Segundo RIBEIRO (2005) o que importa, no momento, não é negar o mercado, propósito inútil e com pouca possibilidade de angariar adesões entusiastas, mas sim, negar o mercado que sustenta a denominada por Milton Santos (2000), Globalização perversa, difusora massiva de ideologias: “Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade, as diferenças locais são aprofundadas”.

Capítulo 3 – Circuito Inferior da economia Urbana: O caso dos camelôs da região central de Campinas.

O setor informal da economia urbana é multifacetado, logo a utilização de tal termo torna-se abrangente demais para a presente análise. Segundo reportagem da revista *Ciência Hoje* (2007) em matéria realizada pelo professor da Unicamp Claudio Dedecca, quando se fala em setor informal da economia, muitas pessoas pensam logo nos trabalhadores autônomos situados nas faixas mais pobres (Camelôs, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, empregados domésticos, artesãos e outros).

Esse setor, porém, é mais amplo: inclui os pequenos negócios, registrados ou não, individuais, familiares ou com até cinco empregados, caracterizados por produção em pequena escala e baixo nível de organização. E a matéria nos chama a atenção para outra questão conceitual, que é comum confundirmos as noções de setor informal e informalidade.

Enquanto o setor informal engloba as “unidades de produção” de pequeno porte, que atuam à margem dos segmentos modernizados da economia, a informalidade está relacionada ao não cumprimento das normas de proteção dos trabalhadores (ausência de contribuição para previdência social e outros fundos que beneficiam a força de trabalho).

Em análise feita por KITAMURA et al (2007) a formalidade-informalidade do comércio varejista, o estudo de SANTOS (1979), constituiu-se em referência básica para compreensão da estrutura comercial das cidades do terceiro mundo. A sua principal contribuição resulta na caracterização da economia urbana em dois sistemas: o “circuito superior” e o “circuito inferior”.

Em MELO & TELES (2000) o debate sobre a questão da informalidade iniciou-se na literatura das ciências sociais na década de 1970. Com o programa da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Este se desenvolveu com o estudo sobre o Quênia [OIT (1972)] e na América Latina, com o trabalho sobre o emprego na República Dominicana.

Esse levantamento era parte do programa mundial de emprego, uma iniciativa da OIT para ampliar a presença do capitalismo desenvolvido nos países periféricos. Como parte da estratégia, foi implementado no início dos anos 1970 o programa de emprego para América Latina e Caribe (Prealc), com base nos estudos feitos no Quênia, o Prealc

realizou levantamentos de campo em diversos países latino-americanos (DEDECCA, , 2007 P. 20).

“Nos países latino-americanos, a crise econômica expulsa parte do contingente de trabalhadores ocupados nas grandes empresas, criando um desemprego aberto, mais comum em países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, a perda, a perda de capacidade de absorção de mão-de-obra pelas médias e grandes empresas faz do setor informal o espaço definitivo para ocupação de parcelas crescentes da população” (DEDECCA, P. 21)

Dentro deste contexto podemos observar que estamos diante de uma categoria bastante ampla e complexa. E que encontra nas condições econômicas dos países subdesenvolvidos abrigo e muitas vezes complemento de sua renda, quando não a total exclusividade de sua sobrevivência.

Para MELO & TELES apud CACCIAMALI (1983) o setor informal é composto por agentes que atuam a margem da regulação do Estado: em relação às firmas significa, em linhas gerais, sonegação em seus vários aspectos (de informações relativas a receitas, compras de materiais e contratação de empregados); em relação aos empregados, significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (inclusive algumas ilícitas, à luz do código penal, como prostituição e contrabando).

São vários os fatores que levam ao aumento da informalidade, como desemprego, o principal deles, descontentamento com salários baixos e a baixa qualificação. Em KITAMURA et al apud MELLO & TELLES (2000) revela que o avanço dessas atividades não se apresenta como um fenômeno transitório. No caso brasileiro, deve ser destacado o aumento expressivo do comércio ambulante no interior da atividade comercial. De acordo com os autores, 68% dos postos de trabalho no âmbito comercial são oriundos do comércio varejista e atacadista, mas 21% derivam-se da categoria ambulante, tendência que se manifestou mais fortemente nos anos 1990 em todo país.

3.1 A especificidade dos Camelôs e Ambulantes: uma atividade antiga

A atividade de vendedor ambulante ou camelô muito conhecida nos grandes centros urbanos, por sua significativa presença neste, está inserida no que evidenciamos como informalidade, a figura do camelô atualmente é muito associada a esta categoria, até mesmo o Estado representado por seus agentes públicos os denominam como setor informal da economia urbana.

O termo informal cunhado no final da década de 1960 exemplificou a situação de muitos trabalhadores nos países pobres, principalmente aqueles que por diversos fatores não estão inseridos dentro do comércio formal. O camelô se expressa como a figura mais lembrada quando citamos algo relacionado à informalidade, apesar deste termo ser abrangente, como já salientado.

Para que seja compreendido, este agente tipicamente urbano, não é uma figura atual, sua gênese nos leva para o Brasil colônia. O mascate, aquele que viajava de cidade em cidade vendendo seus produtos por onde passava e a venda do português que comercializava frutas e outros produtos, são os exemplos mais característicos da herança deixada por este estilo de utilizar o espaço público.

BACKHEUSER (1944) afirma que, desde os tempos coloniais até quase os fins do século XX o mascate e o ambulante “de valia” eram portugueses. Depois, veio à época dos italianos. Mais tarde os sírios. Estes, mascateando retalhando a venda de miudezas, espalharam-se pelo Brasil todo, estabelecendo-se depois como pequenos negociantes em remotos rincões do país. O autor relata de forma bastante detalhada que a imigração trouxe certa variedade e dinâmica para função de ambulante.

O referido autor salienta que os portugueses mantêm-se ainda predominantes em certos setores do comércio ambulante: Amolador, cana, frutas, carregador ou ganhador, carvão, quitanda, padaria, leite, refrescos, doces, empadas, e pastéis, flores, plantas, miúdos de reses, vassoureiro, soldador. Desta forma se conclui que esta categoria concentra-se em diversas atividades comerciais, e que na época do artigo possuía uma gama de produtos para comercializar.

Abaixo destacaremos com fotos de épocas diferentes, o que foi relatado, sobre os ambulantes e mascates que são tradicionais nas cidades brasileiras, na tentativa de visualizarmos a estética e as mudanças pelo qual passaram esta categoria.

Garrafeiros: hoje não encontramos mais ambulantes vendendo garradas de vidro pela cidade, mas eles eram bastante comuns em torno de 1895. Era uma época em que o petróleo há pouco havia sido descoberto e não existiam artigos de plástico. Só existiam garrafas de vidro e não eram lá muito baratas. A outra opção para armazenar água e outros líquidos eram as moringas de barro, hoje também em extinção. Foto de Marc Ferrez.



Fonte: <http://rioantigofotos.blogspot.com.br/2009/12/>

Verdureiro: na verdade não eram apenas verduras que eles vendiam. Frutas (repare o cacho de bananas na foto) alhos, cebolas. Tudo era comercializado por esse ambulante. Existem alguns hoje em dia, mas em número proporcionalmente muito menor do que em 1895. Os supermercados, hortifrutis, cobais e outros, com uma variedade muito maior, quase sempre também com produtos com qualidade superior e preços que nem sempre são mais caros foram acabando com esses ambulantes. Foto de Marc Ferrez em 1895. (Site Rio Fotos Antigas)



Fonte: <http://rioantigofotos.blogspot.com.br/2009/12/>

Doceiros e vendedores de pão doce: não importa se há mais de 100 anos ou agora, doces sempre foram uma atração para os cariocas. Por isso ambulantes e camelôs vendendo doces e pão doce eram bem comuns no Rio antigo e mesmo hoje em dia não é difícil encontrar os sucessores deles, os baleiros e pipoqueiros. As duas fotos abaixo, também de Marc Ferrez em 1895, mostra esses dois tipos de ambulantes do passado da cidade. A primeira é de um doceiro e a segunda de um vendedor de pão doce. (Site Rio Fotos Antigas)



Fonte: <http://rioantigofotos.blogspot.com.br/2009/12/>

Fonte: <http://rioantigofotos.blogspot.com.br/2009/12/>

Segundo KITAMURA et al (2007) os termos camelô e ambulante, na maioria das vezes, são utilizados como se tivesse o mesmo significado. Mas ao comparar alguns autores pode-se perceber algumas diferenças nos conceitos. Em Bertolucci (2003), os camelôs apresentam ponto fixo, trabalham em barracas de boa qualidade e, geralmente, têm autorização oficial para se estabelecerem em um determinado local. Já os ambulantes não apresentam lugar fixo e suas mercadorias são mais baratas se comparada a dos camelôs.

Os referidos autores ainda apresentam mais autores que discutem o assunto, já a lei de 11039, de 23.08.1991 da cidade de São Paulo, citada por YÁZIGI (2000) entende por ambulante, o vendedor ou prestador de serviços, incluindo formas de comércio e

lazer. O termo marreteiro é usado para aqueles que não tem licença. Ainda para esse autor as formas de atividade ambulante podem ser de três tipos: efetivas, que podem carregar equipamentos; com ponto móvel, com automóveis ou equipamentos desmontáveis e as com ponto fixo que utilizam barracas não removíveis.

Entende-se que esta categoria de trabalhador de rua é diversificada e heterogênea, tanto na sua ocupação do espaço, quando na comercialização de seus produtos. Segundo COUTRIM (2007) é nas ruas que esses profissionais tecem amizades, fazem dos “trombadinhas” colegas para não se tornarem vítimas; testemunham violências, acidentes e incidentes; acompanham as transformações por que passa o trânsito e muito mais.

A referida autora descreve de forma bastante clara a transformação pelo qual passou esta atividade no decorrer do tempo. COUTRIM (2007) em grande parte resultado do desemprego e exclusão social atual, os ambulantes e camelôs são símbolos do caos da metrópole. Não se trata, porém, de um fenômeno novo, os fotógrafos lambe-lambe, os engraxates, os pipoqueiros e vendedores de pralinês (aqueles doces feitos com coco ou amendoim caramelado), entre outros, exercem profissões tradicionais que resistem ao tempo.

Este fenômeno que cresce a cada década e torna-se cada dia mais dinâmico, é o reduto de outra racionalidade espacial, aquela onde as relações são mais pessoais, mais próximas, onde existe a solidariedade mesmo que estabelecida por uma série de interesses mútuos. ARROYO (2008) afirma que o Circuito Inferior da economia urbana é resultado dessa dinâmica e, por isso, é tão expressivo nas metrópoles brasileiras. Ele ocupa bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos.

Estes agentes urbanos, que vivem o cotidiano das cidades brasileiras, utilizam-se de criatividade para que possam sobreviver. Não somente a falta do emprego formal pode explicar o aumento deste fenômeno, mas também a vontade de realizar seu próprio negócio sem patrão sem normatização de seus horários e dias para trabalhar, leva muitos para o sonho de possuir um negócio próprio.

De acordo com SORJ (1988) entre as várias motivações que levaram à demissão voluntária do último emprego, salários baixos são frequentemente alegados. De fato, enquanto 67,6% dos que possuíam um emprego (caso estudado no Rio de Janeiro) antes de ingressarem na nova atividade ganhavam até um salário mínimo, apenas 32,5% dos

vendedores ambulantes se encontram neste caso. As condições de trabalho também aparecem como um elemento desabonador do emprego progressivo, a rigidez dos horários, o estreito controle de chefias e a circunstância de “viver de vale” efetivamente contrastam com as condições de trabalho na atividade atual.

Tabela 8

Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana — 1991/98

(Em %)

Anos/Média	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
1998	26,22	20,47	22,91	22,02	27,06	27,17	23,16

Fontes: PME/IBGE e Ministério do Trabalho/IPEA (1999).

Fonte: MELLO & TELLES (2000)

Na tabela 8 acima destacada pode-se perceber no período destacado o aumento relativo dos trabalhadores por conta, revelando o que já havíamos salientado e detalhados os possíveis motivos desta tendência. Especificamente para RM de São Paulo se compararmos o período de 1991 a 1998 temos um crescimento de 3,12% de pessoas trabalhando por conta própria.

Tabela 9

Taxa de Crescimento da PEA, da PO e do Comércio Ambulante, por Regiões Metropolitanas — 1996/91

(Em %)

	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	São Paulo
Comércio Ambulante	12,00	22,53	-7,47	-8,57	4,14	22,57
PEA	3,18	14,39	15,10	5,41	11,96	10,42
Ambulante/PEA	8,55	7,12	-19,61	-13,26	-6,98	11,01
PO	3,11	12,51	14,47	5,68	11,01	9,53

Fonte: PME/IBGE — elaboração própria.

Fonte: MELLO & TELLES (2000)

Pelos dados explicitados na tabela 9, podemos inferir que no caso da RM de São Paulo temos um alto índice de população trabalhando no comércio ambulante se comparado à inserida da PEA para o período destacado. Isto acontece para outras RMs como a de Porto Alegre e a do Rio de Janeiro.

Em parte este nível de comportamento do emprego formal, que é muito instável, responde pelo desenvolvimento técnico. Este desenvolvimento não chega para todos, ele é direcionado as parcelas mais ricas da população, principalmente nos países subdesenvolvidos que tem como marca histórica a concentração de renda.

Em SANTOS (2004) temos que instaura-se um circulo vicioso. Quanto mais a renda se concentra, mais o consumo dos grupos de alta renda se diversifica e mais inadequada é a evolução do perfil de demanda, tornando evidente uma subutilização dos fatores de produção. Os pobres são duplamente desfavorecidos, pois não tem acesso aos bens que os empresários consideram rentável produzir, quando, ao mesmo tempo, declina a produção de bens de consumo corrente. Isso representa também uma limitação do emprego e uma seletividade acentuada a escolha dos parceiros da modernização.

Um dos traços mais marcantes para existência e persistência das pessoas na informalidade, seria que está serve de abrigo para aqueles que não conseguiram vender sua força de trabalho no mercado formal e participam do enorme “exército de reserva” para o capitalista, expressão esta cunhada por Marx.

Para OLIVEIRA (2004) reportando-se a KARL MARX, SINGER E POCHMANN (2001) comentam que existe uma parte da população excedente que se denomina de “latente” porque é formada por moradores do campo que estão para serem expulsos da agricultura, e, dessa forma, vão se dirigir para as cidades em busca de trabalho. Outra parte, a mais importante chamada de “estagnada”, é aquela população que forma parte do exército ativo do mercado de trabalho, mas com ocupação irregular.

Segundo OLIVEIRA apud CACCIAMALLI (2001) apresenta cinco fatores do crescimento do mercado informal na América Latina.

1 – A política macroeconômica, que se reflete em maiores taxas de desemprego e subemprego.

2 – As Mudanças tecnológicas, pois substitui o trabalho humano, e também porque só admite trabalho qualificado corroborando assim ao fator anterior.

3 – A liberalização do comércio, que faz com que ocorra concorrência e haja mais desemprego, pois vai haver necessidade de reduzir custos e o maior prejudicado vai ser o trabalhador.

4 – A maior integração dos mercados e produtos e serviços domésticos à economia mundial, porque diminui o lucro e eleva os preços dos bens e também a elasticidade da oferta dos fatores de produção, inclusive da oferta do fator trabalho, que vai possibilitar as substituições entre mão-de-obra e entre fator trabalho e outros fatores de produção.

5 – O aumento da elasticidade da demanda de trabalho, que vai restringir tanto os aumentos dos custos diretos e indiretos do trabalhador. Como vai retirar o poder de barganha dos sindicatos.

São vários os condicionantes que contribuem para o aumento da informalidade no Brasil, mas o modelo neoliberal implantado em meio à crise do final da década de 1980 foi algo prejudicial para o desenvolvimento dos países periféricos que tiveram suas economias extremamente abaladas por conta desta política que minimiza o papel político e social do Estado.

3.2 Camelôs o caso de Campinas: Modernização da categoria

Os camelôs são figuras que estão inseridas dentro da paisagem urbana das grandes cidades brasileiras, mais precisamente na década de 1980, pode ser observado o aumento destes agentes no espaço urbano.

Em OLIVEIRA (2004) temos que em 1980, o Brasil tinha 24% de sua população economicamente ativa (PEA) no setor informal, número que cresce para 28% em 1990. Em 1981 o número de trabalhadores formais era de 22,2 milhões a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, isto é, 49% da PEA. Em 1980 o Brasil sofreu uma grande recessão econômica devido aos ajustamentos implementados pelo governo. Foi nesse período que o mercado de trabalho sofreu um grande ajuste, isto é, altas taxas de desemprego servindo para que os trabalhadores se vissem empregados sem registro de trabalho.

No Gráfico abaixo podemos verificar o aumento da população desempregada, confirmando que o período foi extremamente complicado para os mais pobres.



Fonte: REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES

Campinas seguindo o panorama econômico nacional tem um significativo aumento dos trabalhadores de rua, sejam os fixos, ou os ambulantes que impossibilitados de pagar o ponto não tem condições de estabelecerem-se em locais determinados.

Fotos de camelôs e Ambulantes da reportagem da revista Ciência Hoje (1988)

Rio de Janeiro



Fonte: Revista Ciência Hoje (1988)



Fonte: Revista Ciência Hoje (1988)



Fonte: Revista Ciência Hoje (1988)

As fotos destacadas no final da década de 1980 mostra a quantidade de camelôs e ambulantes que procuravam espaço em calçadas e grandes avenidas para prover o seu sustento. Em barracas improvisadas e estruturas frágeis homens e mulheres de diversas idades procuravam vender seus produtos.

Em capinas as ruas 13 de maio, Costa Aguiar e José de Alencar são as que mais concentram ambulantes e camelôs, devido a estas estarem próximas ao terminal central, área de grande circulação de pessoas.

Em pesquisa realizada pela prefeitura de Campinas na gestão do prefeito Antonio da Costa Santos (PT) em 2001, concentrou o estudo na área correspondente ao eixo comercial que parte da área do terminal central de ônibus urbano, passando pelo chamado “Túnel” descendo pela Rua Álvares Machado, atingindo o entorno do terminal Mercado Municipal de Ônibus urbano. A ocupação desta região pelos comerciantes ambulantes, apesar de ser uma das mais tradicionais da cidade, é relativamente recente, datando dos meados dos anos 1980 a montagem das primeiras barracas com um crescimento vertiginoso do comércio ambulante na região a partir do início dos anos 1990.

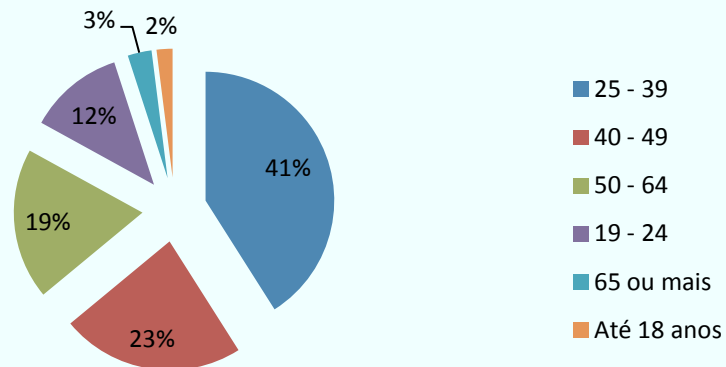
Segundos dados da pesquisa da prefeitura (2001) foram 544 entrevistados ambulantes entrevistados, sendo que 53,3% são homens e 47% mulheres, ao mesmo tempo em que temos a presença desse equilíbrio na distribuição de homens e mulheres no comércio de Campinas, pode-se observar também a esmagadora maioria destes trabalhadores são chefes ou co-responsáveis pelo provimento da renda familiar.

Dados da referida pesquisa apontam que 60% dos ambulantes entrevistados são chefes de família, e 34% compartilham a chefia familiar e 3% são identificados como “filhos”. E no gráfico abaixo pode-se observar a concentração maior de trabalhadores ambulantes e camelôs.

Pelos dados explicitados nos gráfico abaixo indica que a maioria dos trabalhadores jovens e adultos não conseguem inserir-se no mercado de trabalho formal, por baixa escolaridade dos entrevistados 43% possuem até a 4ª série, seguidos de 22% que possuíam até a 7ª série, apenas 1% possui ensino superior completo.

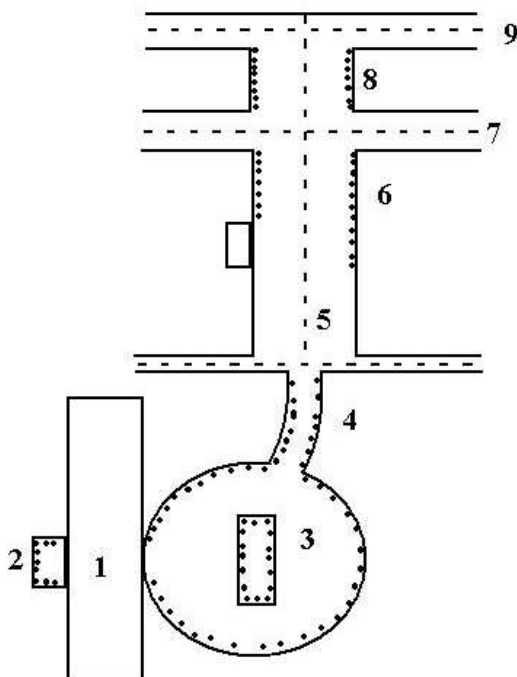
Pode-se perceber no gráfico abaixo uma concentração maior de trabalhadores na faixa dos 25 – 39 anos, totalizando 41% mostrando que estes trabalhadores estão no auge de sua idade ativa, dependendo de seu trabalho, como única fonte de renda.

Distribuição dos trabalhadores ambulantes por faixa etária



Fonte: Pesquisa diagnóstico sobre as condições de trabalho Campinas (2001) Adaptado

Abaixo temos um esquema do local onde se concentram maior quantidade de camelôs (fixos).



Fonte: BRAZ (2001)

Segundo BRAZ (2001) cria uma divisão do espaço ocupado pelos “camelódromos” como são popularmente conhecidos:

- 1 – Terminal Central
- 2 – “Setor Terminal Central – Fundo”
- 3 - “Setor Terminal Central - Frente”
- 4 – “Setor Túnel”
- 5 – Ruas Álvares Machado
- 6 – “Setor Jumbo”
- 7 – Avenida Campos Sales
- 8 – “Setor Carlos Gomes”
- 9 – Avenida General Osório

No setor terminal central, que fica na entrada do terminal temos uma grande diversidade de produtos, desde alimentícios (lanchonetes), barracas de eletrônicos e roupas, geralmente camisetas de times de futebol e réplicas de marcas famosas, como Nike, Adidas e Carmim.

No setor terminal – fundo temos barracas especializadas em lan house e serviços como tecimento de currículos, impressão e Xerox, alguns boxes de lanchonetes onde circulam as pessoas que atravessam o terminal sentido a Avenida Andrade Neves e por ali tomam seu café da manhã, além de vários boxes com serviço de cabeleireiro.

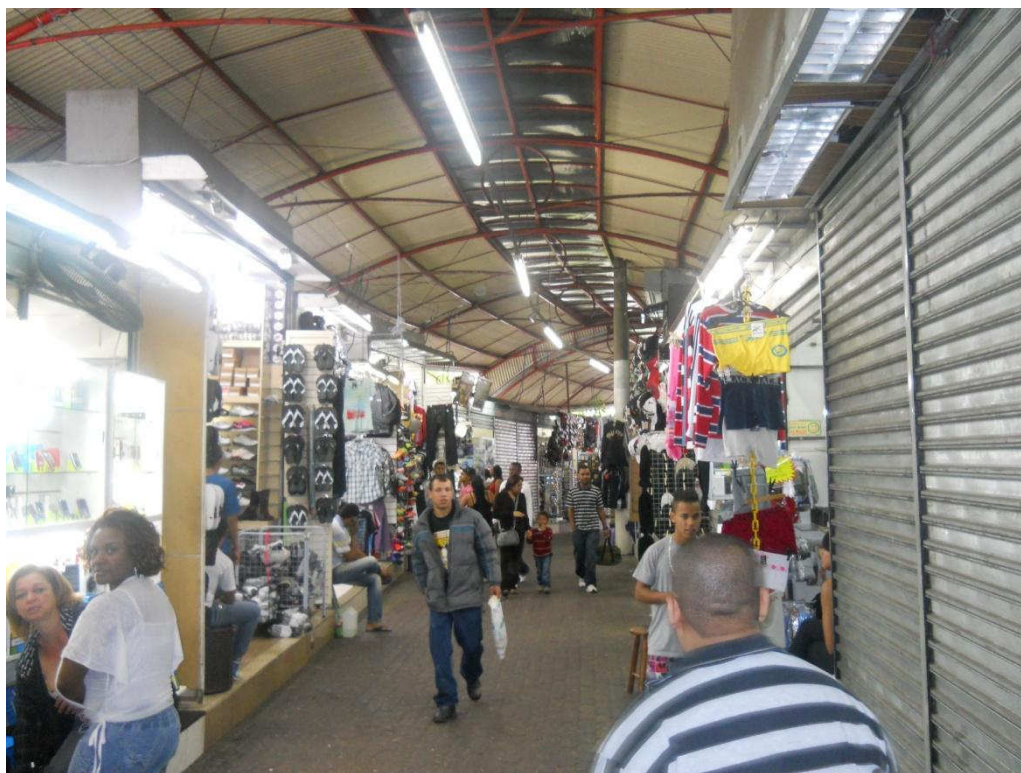
Na saída do túnel sentido a Rua Álvares Machado temos um grande número de barracas especializadas em eletrônicos como (MP3, Aparelho DVD, Som e Tape de carro, relógios, vídeo games, controles e acessórios para vídeo games, CDs e DVDs virgem, carregadores de celular, celulares diversos, decodificadores para TV a Cabo, controle remoto).

O setor Jumbo assim chamado por estar próximo da antiga loja JUMBO ELETRO, muito famosa na década de 1990, é muito parecido com o setor 2 grande quantidade de eletrônicos e poucas barracas dedicada a roupas e tênis (imitação de marcas famosas).

E o setor Carlos Gomes bastante diversificado, mas com presença maior de barracas de eletrônicos especializados em vídeo games e celulares e acessórios. Chamado assim devido ao antigo cinema Carlos Gomes que atualmente não existe mais, o local funciona uma igreja evangélica.

A seguir algumas fotos que mostram estes setores destacados anteriormente:

Setor Terminal Central - Frente



Fotos: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Fotos: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Fotos: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Setor Jumbo Eletro



Fotos: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Setor Carlos Gomes

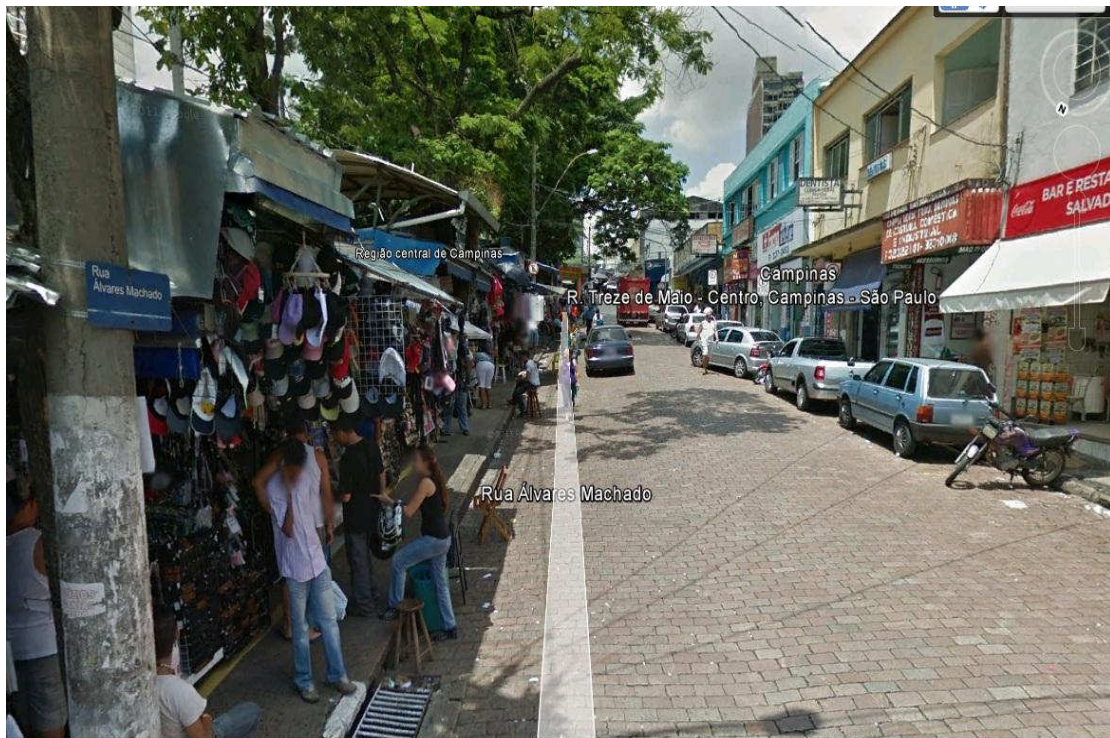


Fotos: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)



Fotos: Danilo Rubens Alves (11.06.2012)

Fotos camelôs Mercado – Imediações do Mercado Municipal de Campinas



Fonte: Google Earth



Fonte: Google Earth

3.3 Camelôs em Campinas: Organização e Permanência no espaço

Os camelôs ditam ao espaço público das cidades brasileiras, outro ritmo, diferente daquele praticado nas grandes firmas e corporações globais. São os principais agentes do circuito inferior, sua existência como tal não encontra facilidades no dia-dia existe o embate para manutenção desta categoria muito conhecida no país.

Segundo RIBEIRO (2005) nas palavras de SANTOS (2004) “miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para as suas dificuldades”. São essas ações que, mesmo de maneira insuficiente, viabilizam a vida de grande parte da população e, através da comunhão criativa que estabelecem com o espaço herdado, constroem saberes e reinventam o espaço para sobreviver.

Os camelôs de Campinas visando manter-se com sua atividade uniram-se e há 16 anos possuem um sindicato da categoria. Nos primeiros 14 anos o sindicato chamava-se, Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal De Campinas (STEIC), em entrevista ocorrida no dia 11.06.2012 com a Presidente Maria José M. Salles (Zezé) explicou a mudança do nome e outros problemas enfrentados.

Entre as informações colhidas temos que, existem atualmente 1.200 bancas associadas nos diferentes setores mostrados, (Exceto Mercadão), e cada setor possui uma comissão de 10 pessoas que levam os problemas para as reuniões do sindicato, após as represálias do Ministério público acontecidas no ano passado, foram proibidos a venda de CDs e DVDs pirata, e cigarro do Paraguai, segundo a presidente Zezé.

Nas palavras de Zezé sobre a mudança do sindicato temos “Mudamos o nome para Sindicato dos Empreendedores Individuais de Campinas (SINDIPEIC), não somos *mais informais ou ilegais, todos os nossos produtos tem nota fiscal*” mudança ocorrida há dois anos.

Um dos fatores que contribuem para permanência deste segmento, e seu relativo sucesso entre as classes mais baixas, estão relacionados a uma oferta muito maior de produtos eletrônicos a preços populares.

Para DURÃES (2011) o camelô de tecnologia constitui um tema de pesquisa pioneiro no Brasil (e na América Latina) pouco pesquisado. Além disto, é um tema importante na sociedade atual, por pelo menos dois aspectos. O primeiro é um tipo de atividade que te ligação direta com fenômenos mundiais, como é o caso das mercadorias eletrônicas, ou seja, são trabalhos que parecem possuir amplitude global, fazendo,

portanto, parte dos processos de globalização. O segundo aspecto, não menos relevante, dá-se pelo fato destes camelôs significarem agora um processo de reconfiguração da informalidade de rua brasileira, na qual influências das formas de organização e trabalho formais são percebidas visivelmente no próprio estilo das bancas e boxes, na aparência, em suas práticas de comércio e venda.

Estes que dividem a cena com os ambulantes que após o horário de fechamento das lojas da Rua 13 de maio em Campinas, entendem o pano no chão e comercializam seus produtos (CDs e DVDs piratas e roupas, óculos de sol, e acessórios eletrônicos) aproveitando que após as 19 horas a fiscalização feita pela SETEC (Serviços Técnicos) acaba.



Fonte: Google Imagens

Outro fator que leva ao consumo dos produtos oferecidos pelos camelôs está ligado ao efeito demonstração, ou seja, o desejo que as pessoas nos países pobres almejam consumir na mesma forma que nos países ricos, em outras palavras, consumir a marca.

Para SANTOS (2008) o efeito demonstração, ou seja, a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos tem um papel importante nos países subdesenvolvidos por contribuir para atração dos homens pelas cidades. Local de

novas atividades; no entanto, não só as indústrias são aí raras como também, em todo caso, os empregos permanentes não são suficientes para atender a demanda.

Esta sociedade de consumo que tem sua origem na expansão industrial caracteriza-se pela abundância e variedade de bens e serviços postos à disposição dos consumidores. Nesta sociedade os incentivos ao consumo são diversos e renovam-se. Com efeito, as facilidades de crédito e a publicidade induzem o consumidor à aquisição desafortadamente. (BOLETIM PRINCÍPIOS ECONÔMICOS, 1995, P. 10).

Este consumismo influenciado pela propaganda, cria nas pessoas o sentimento de satisfação através do consumo, seja através de um produto ou de um serviço qualquer. No caso do produto o efeito-demonstração age como cópia, servindo a classe popular uma forma de se aproximar do consumo realizado pela elite, no caso dos camelôs que lucram vendendo réplicas de marcas famosas (Nike, Reebok, Carmim, Lacoste entre outras).

Em SANTOS (1994) a relação entre a propaganda e os fenômenos de internacionalização já bem conhecida [...] num país onde a noção de consumo é tão presente no espírito das pessoas, não é paradoxal que, num período de crise, os gastos com publicidade aumentem, enquanto a confiabilidade da propaganda diminui.

Capítulo 4 - Camelôs “Sonho” ameaçado

Os camelôs não tem uma vivência passiva dentro do espaço urbano, pelo contrário, em seu cotidiano sua permanência é conseguida com resistência. São diversas as associações e pressões que este grupo sofre por parte de grandes redes de lojistas e principalmente pelo poder público.

Segundo MIRANDA (2005) a análise dos conflitos pela perspectiva do território fornece entendimentos indispensáveis para apreensão dessa dinâmica, sobretudo por seu conteúdo político. Mas para que ele se torne uma categoria de análise social é preciso ser entendido como território usado, SANTOS (1998). É a partir do uso do território que se torna possível articular a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.

Ao implicar no espaço vivido outra racionalidade, estes sujeitos demonstram que outros usos do espaço são possíveis, não somente aquele guiado pela homogeneização das formas de produzir e sentir, incutida pelo capitalismo. Em MIRANDA (2005) temos que a herança, deixada pelos antigos, da idéia de pólis, cidade política onde a igualdade na participação dos negócios públicos instituía cidadãos, é apagada, sobretudo a partir da modernidade, com a expansão do capitalismo.

Para a referida autora o conflito se torna, portanto, um importante dado do presente, à medida que destaca contradições da sociedade e inscreve no território a ação social constantemente ocultada pelo discurso dominante, ajudando a registrar a história, não só dos “vencedores”, a partir de sua própria versão, mas, também, a partir dos “vencidos” SANTOS (2001).

De acordo com RIBEIRO (2005) os movimentos responsáveis pelo alisamento do espaço; pela mercadorização da cultura e pela cenarização da paisagem encontram a resistência do cotidiano, o espaço banal e do denominado por SANTOS (2000) como homem lento.

O espaço banal seria o local onde a vida acontece de forma espontânea, onde as normatizações do capital hegemônico encontram barreiras para se dissipar. Este é o palco da vivência cotidiana, das ações humanas, relações culturais específicas de cada formação sócio-espacial.

O capitalismo globalizado procura sobressair-se sobre a cultura local, utilizando-se de meios diretos e indiretos para imprimir no espaço uma nova ordem e velocidade, esquecendo-se de culturas e formações sociais vigentes nos lugares.

MIRANDA (2005) afirma que, as ágeis hibridações espaço-temporais criam o domínio da incerteza, que busca-se evitar através de acréscimos técnicos e da absorção exacerbada de leituras estratégicas dos contextos sociais [...] aliás, a própria interrogação ética da hiper-modernidade, em suas consequências cotidianas, depende da recusa ao aprisionamento da reflexão nos códigos político-culturais e nos determinantes econômicos do Ocidente. Não se trata apenas, apenas, de aceitar ou tolerar a existência de outros comportamentos e culturas, ou ainda, de pleitear a defesa de um harmonioso multiculturalismo, mas, de dialogar com as práticas do outro – passado e presente em busca de alternativas para a crescente desigualdade social e a violência,

4.1 O Normatização do Estado

O Estado segundo WEBER (2001) não se deixa definir, sociologicamente, não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, da forma como é, peculiar a todo outro agrupamento político, a saber, o uso da coação física. Assim como todos os agrupamentos políticos que o precederam no tempo, o Estado consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência política legítima, ou seja, da violência considerada como legítima.

A partir desta definição podemos compreender a dimensão que o Estado em seus diversos segmentos está presente na vida das pessoas. Se analisarmos o poder de normatização do Estado em nossas vidas, veremos que a partir do momento que acendemos uma luz, abrimos uma torneira, o Estado está lá possibilitando que isto aconteça através da normatização de impostos ou a regulação dos mesmos.

Sabendo-se que está entidade é composta por homens, podemos inferir que temos uma relação de dominação, daqueles que nos representam simbolicamente. Para os camelôs o Estado é conhecido como o autor das represálias e associados por este como marginais e ilegais do ponto de vista da lei.

Para SANTOS (2004) o Estado apresenta-se como um aliado do circuito moderno (grandes corporações capitalistas) da economia nos países subdesenvolvidos. O apoio que ele dá às diferentes modalidades de modernização tecnológica assume os mais variados aspectos. Esse apoio é oferecido ora abertamente, ora de

modo mais discreto, mas leva invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais, sem mesmo dar a contrapartida de uma melhoria da situação de emprego ou de um aumento do bem estar.

Desta forma o Estado impõe sua rigidez, às vezes de forma pouco percebida normatiza as relações e socializa sua dívida através de recessões econômicas. No caso dos camelôs existe a fiscalização dos espaços públicos e ações repressivas da polícia, além de um mecanismo de propaganda que dissipa a ideologia que este tipo de atividade é prejudicial para as cidades, por estar associada a ações ilícitas.

As argumentações para esta imagem são diversas, as mais conhecidas e que de certa forma são senso comum, estão associadas à idéia de que esta atividade não paga imposto e, portanto não deveria ter o direito a sua permanência.

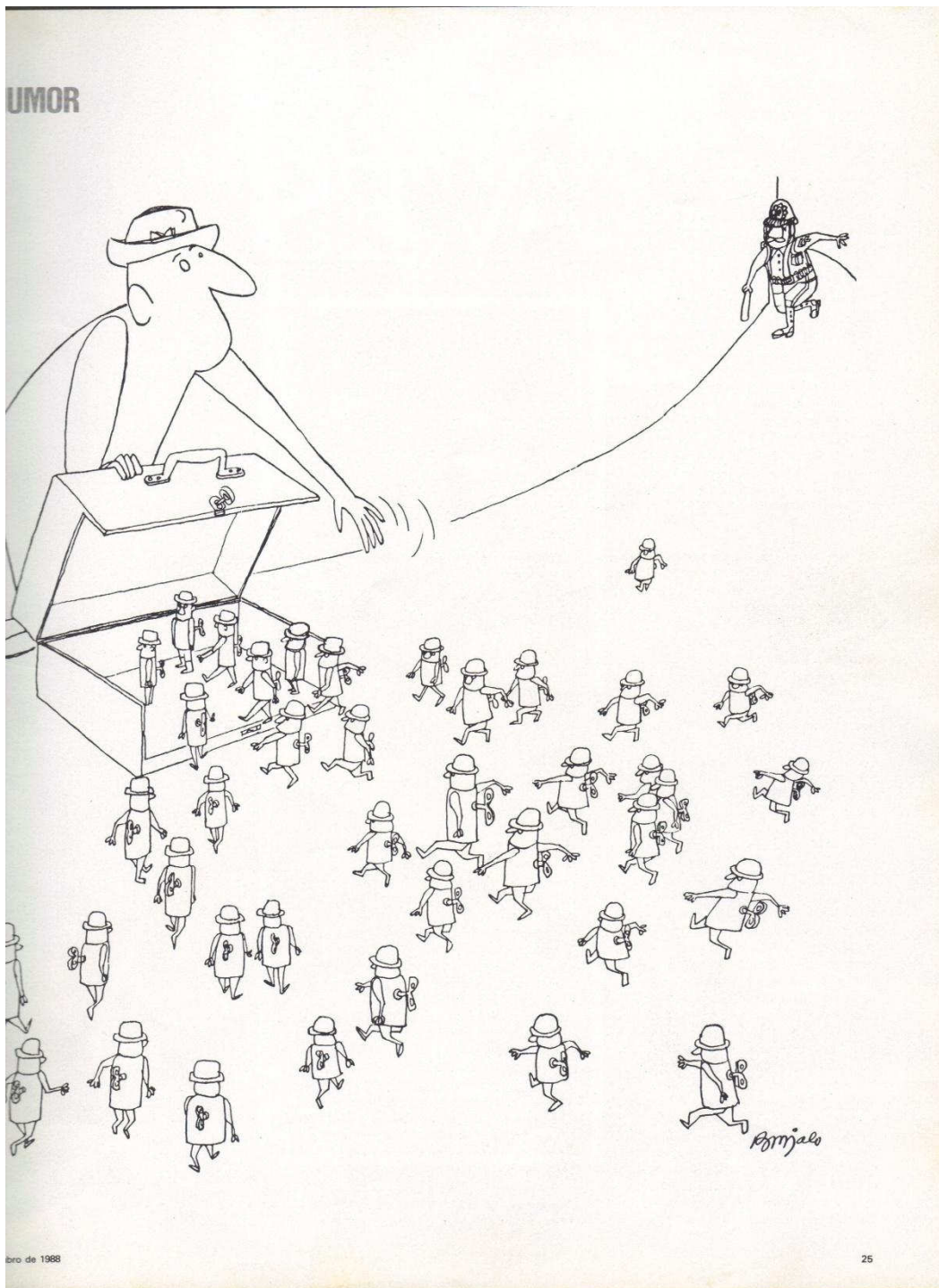
SORJ (1988) argumenta que, supor que a informalidade não produz uma transferência de renda para esfera do Estado não é exatamente correto, quando são considerados os agentes investidos da autoridade pública que recebem subornos para conseguir o negócio. A transferência, é claro, não se faz da maneira típica da arrecadação de taxas e impostos, mas sem dúvida a renda circula e é distribuída entre as diferentes hierarquias dos órgãos responsáveis pelo controle da atividade.

Através da propina, ato muito praticado pelos agentes que deveriam fiscalizar os usos da cidade, mostra que a lei é uma forma encontrada para chantagens e o que é público é apropriado pelo agente que transforma o “ilegal” em “legal”.

Para TELLES (2006) na formulação precisa de Misse “São formas de conversão de ilegalidade em mercadoria negociável”, e é isso propriamente que define o mercado político, ilegal “que oferece, privadamente, bens e serviços monopolizados pela soberania do Estado moderado” Miss (2009). Mas, então, vale se deter no modus operandi dessas práticas. São agentes que fazem uso das prerrogativas legais, a autoridade que o Estado lhes confere, para acionar dispositivos extralegais que oscilam entre a transgressão consentida, os acordos negociados e as práticas de extorsão.

No caso de Campinas, precisamente no ano passado, os camelôs sofreram forte perseguição do ministério público que usando força policial fechou diversas bancas tidas como ilegais. Vários produtos foram apreendidos (CDs, DVDs e Cigarro) e algumas pessoas foram detidas e o sindicato (SINDIPEIC) interviu para que alguns destes pudessem voltar a trabalhar.

Na ilustração abaixo temos uma caricatura de como as ações repressivas do Estado acontecem na prática:



Fonte: Revista Ciência Hoje (1988)

Para SANTOS (2004) o preço que o Estado paga protegendo o setor moderno da economia, não é somente financeiro, é também político. O Estado vê assim seu poder de

decisão reduzir-se e, por isso mesmo, seu próprio papel de Estado, porque tem que conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa. Por esse motivo torna-se cada vez menos independente.

COUTRIM (2007) nos chama atenção para um problema que dificilmente as prefeituras de cidades que presenciam o empobrecimento da população conseguirão resolver se não for criada uma política efetiva, a médio e logo prazos, de geração de empregos e de renda (como por exemplo, as cooperativas). Dessa forma, não adianta delimitar espaços e criar novos camelódromos na tentativa de apartar esses trabalhadores das vistas da população em geral, pois eles são fruto da desigualdade social que cresce a cada dia não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Considerações Finais

Através deste estudo, pode-se compreender que a cidade é uma produção humana. Dentro dela convivem os homens que produzem e reproduzem seu cotidiano, vivendo muitas vezes em conflito pelo direito a cidade. Para CARLOS (1994) no espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito a cidade.

O direito a cidade mostra-se esquecido quando a olhamos na realidade, onde existe uma apropriação dos espaços pelo capital. Este que a transforma em mercadoria e a vende no mercado, e aqueles mais pobres que não podem comprar são “expulsos” para áreas esquecidas pelo poder público.

A cidade então é o lugar do conflito, da busca por igualdade, e onde são direcionados os protestos por garantias e direitos. Segundo RIBEIRO (2005) sem marcas e nem registros, os segmentos excluídos da cidade só podem ser pensados pelo seu antagonico: a riqueza e a propriedade; as formas e os modelos hegemônicos do direito e do urbanismo. Estas breves palavras visam, apenas, assinalar o contraste entre as leituras politicamente necessárias da paisagem urbana, que podem ser apoiadas pela atual valorização do patrimônio histórico, e a informação geralmente estimulada pelo turismo e pela promoção cultural dos lugares.

O comércio é um dos elementos que da vida a cidade, que promove o encontro, que da vitalidade ao centro urbano. O que assistimos na atualidade é a entrada de grandes agentes hegemônicos do capital que promovem a segregação da população, somente os consumidores é que são bem vindos aos centros urbanos.

De acordo com ARROYO (2011) o processo de crescimento econômico e modernização tecnológica, seletivo e concentrador, não consegue atender de igual forma todos os habitantes da cidade grande, que fazem parte do mesmo mercado. Diferentes formas de produzir que, por sua vez, correspondem a diferentes formas de consumir.

Os camelôs do centro de Campinas, o foco do presente trabalho, são aquilo que SANTOS (2004) chamou de circuito inferior da economia urbana. Agentes que utilizam as ruas para venda de seus produtos, tirando desta atividade muitas vezes seu único sustento, ignorá-los a dar as costas a um problema latente e sempre atual.

O Estado deve buscar alternativas para que não seja necessário acabar com esta atividade, que nasce da própria carência que a referida instituição relega a população.

Mas o se pode observar é que o Estado muitas vezes atende e está inclinado para os interesses dos grandes monopólios, que não conhecem as realidades locais, apenas procuram tirar dos países pobres sua fonte de lucro.

Por fim, foi possível conhecer mais detalhadamente teorias que buscam compreender a informalidade, em específico, os camelôs e ambulantes que são agentes muito presentes dentro dos espaços das grandes cidades brasileiras. Fica claro que o Estado deve buscar alternativas para que esta atividade possa sobreviver, pois sua extinção causaria um significativo descontrole na economia das pessoas mais pobres que estão neste setor da economia.

Referencias Bibliográficas:

ARANDIA, Alejandro. K. **O Mercado de Trabalho Frente à Crise dos Anos 80 e aos Planos de Estabilização.** (PP. 1-17) Revista FEE V. 18 N° 4, 1991.

ARROYO, Monica, **A economia invisível dos pequenos.** Revista Le Monde Diplomatique (PP. 21) Ano 2 V. N° 15, Outubro de 2008.

A REGIÃO metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Coautoria de Wilson Cano, Carlos Antonio Brandão. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. 2v., il. (Coleção Livro texto). ISBN 8526806165 (broch.).

BACKEUSER, Everardo, **Comércio Ambulante e Ocupações de Rua no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Geografia (PP. 3-34) Ano VI, N° 1, Janeiro-Março de 1944.

BAENINGER, R. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: Hogan, D.J. et al. **Migração e Ambiente nas aglomerações urbanas.** Campinas, NEPO/UNICAMP, 2001.

BIENENSTEIN, G. **SHOPPING CENTER: O Fenômeno em sua Essência Capitalista.** Santos, M. (1978): Pobreza urbana. São Paulo, Hucitec.

BORTOLOZZO, Gabriela; SILVA, Carolina A. **A Revalorização dos espaços centrais da cidade de Campinas –SP e o Projeto Trem de Alta Velocidade.** Artigo de conclusão da disciplina Planejamento Urbano. Unesp, Rio Claro, 2011.

BRAZ, Camilo A. **Camelôs no Sindicato: etnografia de um conflito no universo de trabalho.** Monografia Conclusão Unicamp, IFCH, Campinas, 2001.

BOLETIM BNDES, **O Crescimento dos Shoppings Centers no Brasil.** Estudo Shopping Centers. Ano 2007. Disponível em <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes.../199609_10.html> Acessado em 06.05.2012

CARLOS, Ana Fani A. (Ana Fani Alessandri). **A cidade.** 8. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008. 98p., il. (Repensando a geografia). ISBN 9788572440158 (broch.).

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação, **Ambulantes e camelôs: Passado e Presente.** Revista Ciência Hoje (PP. 18-23) V. 39 N° 234, Janeiro-Fevereiro de 2007.

DURÃES, Bruno José Rodrigues; ARAUJO, Angela Maria Carneiro (orient.). **"Camelô de tecnologia" ou "Camelô Global"** = novas formas de expansão do capital na rua. 2011. 276 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000784466&opt=1>>. Acesso em: 9 jul 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori, **Setor Informal e Informalidade no Brasil**. Revista Ciência Hoje (PP. 18-23) V. 39 N° 234, Janeiro-Fevereiro de 2007.

GEONOTÍCIAS, Revista. **Shopping Centers: Informativo Setorial**. Elaboração Empresa IBOPE (PP. 1-8) V.1 N° 1, Maio 2011. Disponível em www.ibope.com acessado em 28.06.2012

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1980. xiv, 291p. Bibliografia: p. 273-280. ISBN (Broch.).

JUNIOR, Luzimar B. F. **A precarização do Trabalho e o Comerciário do Carrefour**. Revista Pegada. (PP. 94-112) V. 10 N° 1, Junho de 2009.

KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA, Mariana; FILHO, Vitor Ribeiro. **O Comércio e Serviços Ambulantes: Uma Discussão**. Revista Caminhos da Geografia (PP. 20-26) V. 8 N° 23, Agosto de 2007. Disponível em <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../15656> acessado em 29.06.2012.

LIVRO verde: **desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas**. Coautoria de Rinaldo Barcia Fonseca, Aurea Maria Queiroz Davanzo, Rovená M. C. Negreiros. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2002. 498p., il. ISBN 8586215406 (broch.).

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. Fundação Perseu Ramos. São Paulo, 1999.

MELO, Hildete de Pereira, TELES, Luíz Jorge. Serviços e informalidades: **O comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Texto para discussão 773, IPEA, 2000.

MIRANDA, Ana Luisa; BORTOLOZZI, Arlêude (orient.). **O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelos no centro de Ribeirão Preto**. 2005. 166p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000374531>>. Acesso em: 9 jul 2012.

NEVES, Isabella Z. **A Nova Configuração da Periferia de Campinas**. (PP. 8) Jornal da Unicamp, Edição de 10 a 16 de Setembro de 2007.

_____; OLIVEIRA, A. A. B. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J. et al (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001. Disponível em <www.nepo.unicamp.br/...urbanas/02pronex_12_Populacao_Espaco> Acesso em 06.05.2012

OLIVEIRA, Emanuel De. **O Mercado Informal no Município de Recife: Uma realidade ou apenas um efeito transitório devido à crise do desemprego nos últimos 10 anos**. Monografia conclusão de curso. UFPE, Recife, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Estudo Traça um novo Perfil do Desemprego no Brasil**. Revista do Legislativo. Artigo, (PP. 47) Abril-Dezembro de 1999.

Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), 2001, **Trabalhadores do comércio Ambulante de Campinas – diagnóstico sobre as condições de trabalho**. Prefeitura Municipal de Campinas (Prefeito Antônio da Costa Santos); SETEC – Serviços Técnicos Gerais de Campinas (Presidente Paulo Daniel Silva); & Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho CESIT / Instituto de Economia da UNICAMP (Coordenador Prof. Márcio Pochmann; Pesquisadores – Amilton Moreto e Denis Maracci Gimenez).

PEDROSO, Francis. **O centro de Campinas (SP): usos e transformações**. Diss de Mestrado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas/SP: 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres, **Oriente Negado: Cultura, Mercado e Lugar**. In. 11 The Conference Of The International Planning History (IPHS), 2004, Barcelona.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro; CATAIA, Marcio Antonio (orient.). **O comércio na cidade de Campinas: os casos do Centro e do eixo Dom Pedro I**. Campinas, SP: [s.n.], 2005. 138f., il.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo, SP: HUCITEC: EDUC, c1994. 145 p. (Estudos urbanos; v. 6). Arte e vida urbana). ISBN 8527102617 (broch.).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 2004. 433p., il. (Coleção Milton Santos; v. 4). ISBN 8531408334 (broch.).

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1965. 175 p. Inclui bibliografia.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2.ed. 1.reimpressão. São Paulo, SP: Contexto, 2008. 155 p. ISBN 8572440917 (broch.).

SORJ, Bila, **Camelôs: O Sonho Perseguido**. Revista Ciência Hoje (PP. 18-25) V. 8 N° 47, Outubro de 1988.

SARAPCKA, Elaine M. **O Impacto Urbano do Shopping Center: Questões territoriais e Sociais**. Dissertação de Mestrado em arquitetura e Urbanismo, Pós Graduação Universidade Presbiteriana Mackenzie. P. 283, São Paulo, 2007.

TELLES, Vera da Silva, **A convivência entre o Crime e o Poder**. Revista Le Monde Diplomatique (PP. 40-43) Ano 4 N° 48, Julho de 2011.

TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel. “Illegalismos e jogos de poder”. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v.22, n.2, p.38-58. Disponível em: www.scielo.br

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 6. ed. São Paulo, SP: Cultrix, c1989. 124 p. Inclui índice.

Sites Consultados:

www.abrasce.com.br

www.acicnet.org.br

www.campinas.sp.org.br

www.emplasa.com.br

www.google.com.br

www.seade.org.br

<http://www.rac.com.br>

<http://medroavon.sites.uol.com.br>

<http://www.seccamp.org.br>

<http://www.acic.bz>

<http://www.bv.fapesp.br>

www.ibge.org.br

<http://www.stm.sp.gov.br>

<http://www.unicamp.br>

www.campinas.sp.gov.br/arquivos/Guia_Investimentos.pdf

ANEXO:

ANEXOS:

Municípios RMC (FIGURA 1)



Extraído de AGEMCAMP - <http://www.stm.sp.gov.br>